

Termo de Referência 29/2023

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
29/2023	440001-SUBSECRET. DE PLANEJ., ORÇ. E ADMINISTRAÇÃO	MARCOS ANTONIO DA SILVA	25/10/2024 16:26 (v 5.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC		02000.005781/2021-97

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada em fornecimento, montagem, instalação, suporte, garantia, manutenção e operação assistida para modernização (substituição) de equipamentos audiovisuais da infraestrutura dos ambientes de videoconferência do Auditório Ipê Amarelo, Salão dos Ministros e Salas de Reunião da Secretaria Executiva - SECEX e do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. O conjunto de equipamentos definido para esta solução é composto pelos seguintes sistemas:

- 1.2.1. Sistemas de áudio e sonorização;
- 1.2.2. Sistemas de visualização de imagens e vídeo;
- 1.2.3. Sistema de produção de conteúdo para gravação e streaming;
- 1.2.4. Sistema de automação.

1.3. Todos os componentes contemplados nesta solução devem ser providos conforme as especificações mínimas dispostas neste Termo de Referência - TR.

1.4. Os componentes serão considerados entregues quando os equipamentos estiverem instalados no local e plenamente operacionais.

1.5. As cores dos equipamentos audiovisuais e outros elementos visuais expostos, bem como demais acabamentos serão definidos pelo MMA em tempo do projeto executivo.

1.6. A licitação será realizada em grupo único, formado por 25 (vinte e cinco) itens, conforme tabela do item 1.7, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.6.1. Para o objeto de contratação em face de suas características e padrões técnicos que guardam correlação entre si, seja por similaridade técnica ou de tecnologia, bem como a integração e a interoperabilidade entre os equipamentos, aplicações e também os serviços pretendidos sem causar qualquer prejuízo à ampla competitividade, torna-se premente a necessidade de não parcelar a contratação da solução utilizando-se **MENOR PREÇO DO GRUPO ÚNICO**.

1.7. Segue abaixo a descrição dos itens de fornecimento para a solução:

GRUPO ÚNICO				
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT CATSER	UNIDADE	QTD
1	AMPLIFICADOR DE AUDIO MULTICANAL	603938	EQUIPAMENTO	1
2	CÂMERA E-PTZ USB	608702	EQUIPAMENTO	1
3	CÂMERA PTZ SDI/HDMI	608702	EQUIPAMENTO	10
4	CONTROLADOR PARA CÂMERA PTZ	385176	EQUIPAMENTO	3
5	INTERFACE DE CAPTURA HDMI - USB	483815	EQUIPAMENTO	4
6	INTERFACE DE OPERAÇÃO SEM FIO	385176	EQUIPAMENTO	3
7	KIT 15 MICROFONES GOOSENECK SEM FIOS	374925	EQUIPAMENTO	2
8	MATRIZ 2X2 HDMI DESCENTRALIZADA	472728	EQUIPAMENTO	2
9	MATRIZ 4X4 HDMI DESCENTRALIZADA	472728	EQUIPAMENTO	2
10	MICROFONE GOOSENECK COM FIO	374925	EQUIPAMENTO	20
11	MONITOR DE RETORNO DE VÍDEO	604256	EQUIPAMENTO	2
12	MONITOR PROFISSIONAL DE 98 POLEGADAS	385176	EQUIPAMENTO	1
13	NOBREAK 10KVA / 230V	455613	EQUIPAMENTO	4
14	PAINEL DE LED 138 POLEGADAS	385176	EQUIPAMENTO	2
15	PAINEL DE LED 2,5MM 5,12M X 2.15M	385176	EQUIPAMENTO	1
16	PROCESSADOR DE AUDIO E AUTOMAÇÃO - TIPO 1	150925	EQUIPAMENTO	2
17	PROCESSADOR DE AUDIO E AUTOMAÇÃO - TIPO 2	150925	EQUIPAMENTO	2

18	SWITCHER DE PRODUÇÃO AO VIVO - TIPO 1	385176	EQUIPAMENTO	1
19	SWITCHER DE PRODUÇÃO AO VIVO - TIPO 2	385176	EQUIPAMENTO	2
20	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA: AUDITÓRIO IP	26972	SERVIÇO	1
21	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA: SALÃO DOS MINISTROS	26972	SERVIÇO	1
22	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA: SALA DE REUNIÃO DA SECRETARIA EXECUTIVA - SECEX	26972	SERVIÇO	1
23	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA: SALA DE REUNIÃO CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA	26972	SERVIÇO	1
24	OPERAÇÃO ASSISTIDA (1 OPERADOR)	26972	MÊS	60
25	SUORTE TÉCNICO E GARANTIA DAS SALAS	27740	MÊS	60

1.8. Os itens serão distribuídos nos ambientes de videoconferência do Auditório Ipê Amarelo, Salão dos Ministros e Salas de Reunião da Secretaria Executiva - SECEX e do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA da seguinte forma:

MODERNIZAÇÃO (SUBSTITUIÇÃO) DE EQUIPAMENTOS DE AUDIOVISUAL DO AUDITÓRIO IPÊ AMARELO.			
DESCRIÇÃO	CATMAT CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE
AMPLIFICADOR DE AUDIO MULTICANAL	603938	EQUIPAMENTO	1
CÂMERA PTZ SDI/HDMI	608702	EQUIPAMENTO	4
CONTROLADOR PARA CÂMERA PTZ	385176	EQUIPAMENTO	1
INTERFACE DE CAPTURA HDMI - USB	483815	EQUIPAMENTO	1
MATRIZ 4X4 HDMI DESCENTRALIZADA	472728	EQUIPAMENTO	1
MONITOR DE RETORNO DE VÍDEO	604256	EQUIPAMENTO	1

NOBREAK 10KVA / 230V	455613	EQUIPAMENTO	1
PAINEL DE LED 2,5MM 5,12M X 2.15M	385176	EQUIPAMENTO	1
PROCESSADOR DE AUDIO E AUTOMAÇÃO - TIPO 1	150925	EQUIPAMENTO	1
SWITCHER DE PRODUÇÃO AO VIVO - TIPO 1	385176	EQUIPAMENTO	1
SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA	26972	SERVIÇO	1
MODERNIZAÇÃO (SUBSTITUIÇÃO) DOS EQUIPAMENTOS DE AUDIOVISUAL DO SALÃO DOS MINISTROS.			
DESCRIÇÃO	CATMAT CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE
CÂMERA PTZ SDI/HDMI	608702	EQUIPAMENTO	3
CONTROLADOR PARA CÂMERA PTZ	385176	EQUIPAMENTO	1
INTERFACE DE CAPTURA HDMI - USB	483815	EQUIPAMENTO	1
INTERFACE DE OPERAÇÃO SEM FIO	385176	EQUIPAMENTO	1
MATRIZ 4X4 HDMI DESCENTRALIZADA	472728	EQUIPAMENTO	1
KIT 15 MICROFONES GOOSENECK SEM FIOS	374925	EQUIPAMENTO	1
MONITOR DE RETORNO DE VÍDEO	604256	EQUIPAMENTO	1
NOBREAK 10KVA / 230V	455613	EQUIPAMENTO	1
PAINEL DE LED 138 POLEGADAS	385176	EQUIPAMENTO	1
PROCESSADOR DE AUDIO E AUTOMAÇÃO - TIPO 2	150925	EQUIPAMENTO	1
SWITCHER DE PRODUÇÃO AO VIVO - TIPO 2	385176	EQUIPAMENTO	1
SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA	26972	SERVIÇO	1

MODERNIZAÇÃO (SUBSTITUIÇÃO) DOS EQUIPAMENTOS DE AUDIOVISUAL DA SALA DE REUNIÃO DA SECRETARIA EXECUTIVA - SECEX.			
DESCRIÇÃO	CATMAT CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE
CÂMERA E-PTZ USB	608702	EQUIPAMENTO	1
INTERFACE DE CAPTURA HDMI - USB	483815	EQUIPAMENTO	1
INTERFACE DE OPERAÇÃO SEM FIO	385176	EQUIPAMENTO	1
MATRIZ 2X2 HDMI DESCENTRALIZADA	472728	EQUIPAMENTO	1
KIT 15 MICROFONES GOOSENECK SEM FIOS	374925	EQUIPAMENTO	1
MONITOR PROFISSIONAL DE 98 POLEGADAS	385176	EQUIPAMENTO	1
NOBREAK 10KVA / 230V	455613	EQUIPAMENTO	1
PROCESSADOR DE AUDIO E AUTOMAÇÃO - TIPO 2	150925	EQUIPAMENTO	1
SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA	26972	SERVIÇO	1
MODERNIZAÇÃO (SUBSTITUIÇÃO) DE EQUIPAMENTOS DE AUDIOVISUAL DA SALA DE REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA.			
DESCRIÇÃO	CATMAT CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE
CÂMERA PTZ SDI/HDMI	608702	EQUIPAMENTO	3
CONTROLADOR PARA CÂMERA PTZ	385176	EQUIPAMENTO	1
INTERFACE DE CAPTURA HDMI - USB	483815	EQUIPAMENTO	1
INTERFACE DE OPERAÇÃO SEM FIO	385176	EQUIPAMENTO	1
MATRIZ 2X2 HDMI DESCENTRALIZADA	472728	EQUIPAMENTO	1

MICROFONE GOOSENECK COM FIO	374925	EQUIPAMENTO	20
NOBREAK 10KVA / 230V	455613	EQUIPAMENTO	1
PAINEL DE LED 138 POLEGADAS	385176	EQUIPAMENTO	1
PROCESSADOR DE AUDIO E AUTOMAÇÃO - TIPO 1	150925	EQUIPAMENTO	1
SWITCHER DE PRODUÇÃO AO VIVO - TIPO 2	604753	EQUIPAMENTO	1
SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA	26972	SERVIÇO	1

1.9. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.10. Os bens objetos desta contratação, itens 1 ao 23, são caracterizados como comuns, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos por este Termo de Referência - TR, por meio de especificações usuais de mercado, na forma do artigo 6º da Lei nº 14.133, de 2021 e inciso XXXII do artigo 2º da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022.

1.10.1. Em relação aos itens 24 e 25, objeto desta contratação, também são caracterizados como comuns, uma vez que, assim como os itens 1 a 23, os padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos por este Termo de Referência - TR, por meio de especificações usuais de mercado, na forma do artigo 6º da Lei nº 14.133, de 2021 e inciso XXXII do artigo 2º da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022.

1.11. O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos contados da assinatura do Contrato, prorrogável para até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, para os itens 24 e 25.

1.11.1. Os itens 24 e 25 são serviços contínuos por serem essenciais para atender as unidades do MMA na execução de suas atividades no cumprimento da missão institucional deste Ministério quando da necessidade de realização de reuniões, palestras, seminários, fóruns, entre outros. A interrupção desses serviços causaria impactos negativos, afetando o cumprimento das atribuições institucionais da pasta.

1.12. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

2.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, como também, nos Anexos I, II e III deste mesmo instrumento:

2.1.1. Anexo I: descritivo técnico dos sistemas de áudio, sonorização, visualização de imagens, vídeo, produção de conteúdo para gravação, streaming e automação;

2.1.2. Anexo II: projeto executivo, serviços iniciais, finais e materiais a serem usados nas instalações;

2.1.3. Anexo III: especificações técnicas dos equipamentos e serviços que compõem a solução.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação justifica-se em razão das competências regimentais atribuídas ao MMA, constantes do Decreto nº 11.349 de 1º janeiro de 2023. Durante as atividades administrativas há necessidade de realização de reuniões, palestras, seminários, fóruns, entre outros, a fim de se cumprir as atribuições institucionais da Pasta.

3.2. Como se observa, a abrangência e capilaridade dos resultados a serem alcançados requerem do corpo diretivo do MMA a adoção de medidas consistentes na oferta de meios e instrumentos que permitam o aumento da produtividade e da maturidade funcional do órgão.

3.3. Portanto, para a continuidade das ações supracitadas, o MMA faz uso de diversas tecnologias, inclusive de multimídias para comunicação, onde a dependência destes recursos é fato notório, cuja demanda interna por ampliação dos mesmos é constante.

3.4. Para tanto, o MMA possui os seguintes espaços com equipamentos para videoconferência no Bloco B da Esplanada dos Ministérios, em Brasília/DF:

3.4.1. Auditório Ipê Amarelo, no térreo;

3.4.2. Salão dos Ministros, no 5º andar;

3.4.3. Sala de Reunião da Secretaria Executiva - SECEX, no 6º andar;

3.4.4. Sala de Reunião do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, no 8º andar.

3.5. Tem-se, pois, que a realização apropriada desses encontros é atividade acessória essencial para o cumprimento dos objetivos estratégicos deste Ministério e para o contínuo fortalecimento das atividades da Pasta.

3.6. Atualmente os equipamentos para videoconferência encontram-se defasados em relação à transmissão direta para plataformas de *streaming*, como o *Youtube*, e também quanto à qualidade das imagens geradas pelas *webcams*.

2.7. No que tange aos equipamentos do Auditório Ipê Amarelo, por meio do Processo nº 02000.204308/2017-12, em 27 de dezembro de 2017 foi celebrado o Contrato nº 23/2017, que teve sua vigência findada em 27 de dezembro de 2018 e a garantia dos equipamentos contra defeitos de fabricação, defeitos técnicos ou impropriedades teve seu término em 2020. Informa-se que durante o período sem garantia dos equipamentos, algumas telas do painel do auditório pararam de funcionar, comprometendo, assim, o pleno funcionamento da sala. Além disto, a qualidade da imagem das telas ficou comprometida.

2.9. Quanto ao Salão dos Ministros, e as Salas de Reunião da SECEX e do CONAMA, o Processo nº 02000.002048/2012-20, firmou o Contrato nº 36/2012, celebrado em 26 de dezembro de 2012 e teve o encerramento da garantia dos equipamentos em 26 de dezembro de 2015. Desse modo, constata-se que os equipamentos de audiovisual dos mencionados ambientes estão sem atualização, suporte e garantia há mais de 6 (seis) anos.

2.11. Os equipamentos para videoconferência alocados na sala de reuniões multimídia do Gabinete do Ministro e da SECEX encontram-se também defasados em relação à transmissão direta para plataformas de *streaming*, como o *Youtube*, bem como quanto à qualidade das imagens geradas pelas *webcams*. Já os equipamentos de outras salas de reunião também têm apresentado problemas e necessitam de garantia e suporte técnico, incluindo troca de peças, componentes e modernização tecnológica.

2.12. Ressalta-se, ainda, que alguns equipamentos tiveram sua fabricação descontinuada, o que reduz a possibilidade de encontrar peças disponíveis nas autorizadas para reparos.

2.13. Desse modo, os mencionados ambientes necessitam de **modernização (substituição) de equipamentos que se apresentam com defeito, obsoletos e com falta de peças e mão de obra**, comprometendo a realização de eventos, principalmente quando são exigidos sistemas de grande qualidade de áudio e vídeo para a difusão de conteúdo em teleconferência, para a maior abstração e conforto dos usuários, pois diversas decisões estratégicas do órgão precisam ser tomadas em função das informações recebidas e interligadas de compartilhamento e tomada de decisões.

2.14. Ainda, destaca-se que a falta de estrutura adequada faz com que reuniões importantes desperdicem tempo precioso e interfere negativamente nos resultados das mesmas, causando por vezes interrupções e indisponibilidades. É importante que destacar que o Auditório Ipê Amarelo, maior espaço para reuniões do MMA, devido a uma instabilidade no fornecimento de energia elétrica na esplanada ocorrida no final do mês de agosto de 2022 chegou a ficar, indisponível para eventos que necessitam dos equipamentos de audiovisual, pois houve danos nos equipamentos responsáveis por essa função.

2.16. Torna-se necessário enfatizar que o Brasil sediará a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30) em 2025, representando uma oportunidade histórica para demonstrar seu compromisso com a agenda ambiental global e o desenvolvimento sustentável. Para atender à demanda por videoconferências e reuniões híbridas, é essencial que o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA modernize o Auditório Ipê Amarelo, Salão dos Ministros e Salas de Reunião da Secretaria Executiva - SECEX e do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA. A modernização permitirá que o MMA ofereça uma infraestrutura tecnológica avançada, capaz de suportar um número elevado de solicitações para videoconferências, essenciais para as discussões e negociações multilaterais que ocorrerão antes, durante e depois da COP 30 e que sejam necessárias as participações de servidores do MMA envolvidos nesse processo. Além disso, a modernização dos equipamentos e a atualização dos sistemas de comunicação serão cruciais para facilitar a participação remota desses servidores, garantindo que as trocas de informações e os diálogos sejam feitos de maneira eficiente e segura.

2.17. Portanto, investir na modernização das salas de videoconferência do MMA não só atenderá às necessidades específicas provenientes desse importante evento, como também deixará um legado duradouro de infraestrutura tecnológica para o Ministério, promovendo práticas mais sustentáveis de comunicação e colaboração no futuro.

2.18. Ante o exposto, depreende-se que a contratação pleiteada é de suma importância para o desenvolvimento das atividades do MMA.

3.7. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

3.7.1. ID PCA no PNCP: PCA 2024 - 37115375000107-0-000001/2024

3.7.2. Data de publicação no PNCP:: 20/05/2023

3.7.3. Id do item no PCA: 31

3.7.4. Classe/Grupo: 873 - SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO (À EXCEÇÃO DA CONSTRUÇÃO)

3.7.5. Identificador da Futura Contratação: 440001-90033/2023.

3.8. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

3.9. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital vigente e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2022-2024 do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO A PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL (PEI) 2024 - 2027		
GOVERNANÇA INSTITUCIONAL	Promover a adequação e a modernização da tecnologia da informação para atender aos desafios da agenda ambiental.	
ALINHAMENTO AO PDTIC 2022-2024		
ID	NECESSIDADE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	AÇÃO
		AC. 007

NE.SER.002	Disponibilização de Infraestrutura como serviço para atender as áreas e sistemas do MMA e também vinculados.	Elaborar o processo para contratação de serviços de sustentação do Datacenter do MMA Aquisição de Solução de Videoconferência; Aquisição de Manutenção de Salas de Videoconferência;
ALINHAMENTO AO PAC 2024		
DFD	DESCRIÇÃO	
65/2023	Parque tecnológico e infraestrutura de TI: suporte de vídeo conferência das salas do MMA.	

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio

4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

4.1.1. Atender às solicitações e realizar as entregas dos bens nos prazos conforme Termo de Referência, a contar da data de recebimento da Nota de Empenho/Contrato;

4.1.2. Aceitar o controle de qualidade a ser realizado pela equipe de infraestrutura da Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - CGTI do MMA;

4.1.3. Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento do objeto deste estudo, tais como fretes, impostos, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo MMA;

4.1.4. Reparar ou indenizar, dentro do prazo estipulado pela autoridade competente, todas e quaisquer avarias ou danos causados aos bens do CONTRATANTE, ou de terceiros, decorrentes de ação ou omissão de seus empregados e fornecedores;

4.1.5. Substituir, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da notificação, os produtos entregues, caso se apresentem impróprios para uso;

4.1.6. Providenciar para que seus empregados cumpram as normas internas relativas à segurança do CONTRATANTE;

4.1.7. Manter, durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação na licitação e contratação;

4.1.8. Não subcontratar ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação definido neste Estudo, sem prévia anuência do CONTRATANTE. Caso ocorra a subcontratação, mesmo que autorizada pelo CONTRATANTE, este não se responsabilizará por qualquer obrigação ou encargo do subcontratado;

4.1.9. Fornecer os materiais descritos com rapidez e eficiência.

4.1.10. Será de responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas com fornecimento de equipamentos, mão de obra em horário comercial e extra (noite, fim de semana e feriados), limpeza, combustíveis ou fretes, transportes horizontais ou verticais, impostos, taxas e emolumentos, encargos sociais e demais obrigações necessárias ao completo desempenho dos serviços contratados.

Requisitos de Capacitação

4.2. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação;

Requisitos Legais

4.3. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

4.4. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

4.5. Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal;

4.6. Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de junho de 2021, que Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

4.7. Decreto nº 7.174, de 12 de Maio de 2010, que regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração Pública Federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União;

4.8. Portaria MMA nº 154, de 2 de maio de 2014, que estabelece a Política de Segurança da Informação e Comunicações no âmbito do MMA e constitui o Comitê de Segurança da Informação e Comunicações;

4.9. Guia de Requisitos e de Obrigações quanto a Segurança da Informação e Privacidade - SGD/ME, que tem como objetivo fornecer orientações básicas às instituições públicas para a especificação de requisitos mínimos necessários de Segurança da Informação e Privacidade em contratações de Soluções de Tecnologia da Informação (TIC);

4.10. Observância das demais legislações, normativos complementares, determinações de órgãos de controle e boas práticas relacionadas à contratações de soluções de TIC no âmbito do Poder Executivo Federal.

Requisitos de Manutenção

4.11. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções (corretivas/preventivas /adaptativa/evolutiva) pela CONTRATADA, visando à manutenção da disponibilidade da solução.

4.12. Os detalhes dos requisitos de manutenção estão descritos no Anexo III de Especificações Técnicas dos Equipamentos e Serviços que Compõem a Solução no subitem Suporte Técnico e Garantia das Salas.

Requisitos Temporais

4.13. A Entrega dos equipamentos deverá ser efetivada no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens (OFB), emitida pela CONTRATANTE, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo CONTRATADA e autorizado pela CONTRATANTE;

4.14. Ainda, a implantação da solução deverá obedecer o seguinte cronograma:

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

DESCRIÇÃO	DURAÇÃO	RESPONSABILIDADE	Crêterios de Pagamento
Emissão da Ordem de Fornecimento de Bens	D	Contratante	
Emissão do projeto executivo.	D+30	Licitante vencedor	
Análise e aprovação do projeto executivo.	D+45	Contratante	
Entrega dos equipamentos e sistemas no local de instalação	D+120	Licitante vencedor	
Conferência da entrega e aceite dos itens entregues	D+130	Contratante	50% (cinquenta por cento) correspondente aos itens entregues.
Término da instalação.	D+160	Licitante vencedor	40% (quarenta por cento) correspondente aos equipamentos.
Conferência da entrega e aceite definitivo da instalação do sistema	D+180	Contratante	10% (dez por cento) correspondente ao restante dos serviços e itens entregues.
Emissão da Ordem de Serviço dos itens 24 - Operação assistida e 25 - Suporte Técnico e Garantia das Salas	D+181	Contratante	Mensal
Observação: D = data da emissão da Ordem de Fornecimento de Bens			

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.15. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do CONTRATANTE;

4.16. A CONTRATADA deverá credenciar seus profissionais junto ao MMA, caso seja necessário o acesso às instalações para prestação dos serviços;

4.17. Os prestadores de serviço, nas dependências do MMA, devem estar devidamente identificados por meio de crachá funcional ou equivalente;

4.18. Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação do serviço, sem prévia autorização;

4.19. Observar, rigorosamente, todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente de Tecnologia da Informação - TI do MMA;

4.20. A CONTRATADA deverá garantir a segurança das informações do MMA e se comprometer em não divulgar ou fornecer a terceiros quaisquer dados e informações que tenha recebido deste órgão no curso da prestação dos serviços, a menos que autorizado formalmente e por escrito para tal;

4.21. A CONTRATADA, após a assinatura do contrato, por meio de seu representante, assinará Termo de Compromisso em que se responsabilizará pela manutenção de sigilo e confidencialidade das informações a que possa ter acesso em decorrência da contratação;

4.22. Além do termo citado, a CONTRATADA deverá apresentar para cada funcionário que vier a executar atividades referentes ao objeto da contratação, Termo de Ciência em que seus profissionais declaram estar cientes das responsabilidades pela manutenção de sigilo e confidencialidade.

4.23. Garantir o cumprimento de quaisquer normativos, diretrizes, processos e procedimentos de segurança da informação que forem adotados pelo MMA;

4.24. Todas as informações obtidas ou extraídas pela CONTRATADA quando da execução dos serviços deverão ser tratadas como confidenciais, sendo vedada qualquer reprodução, utilização ou divulgação a terceiros, devendo a CONTRATADA zelar por si e por seus sócios, empregados e subcontratados pela manutenção do sigilo absoluto sobre os dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais de que eventualmente tenham conhecimento ou acesso em razão dos serviços executados.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.25. Os equipamentos devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

4.25.1. Quanto aos requisitos sociais, os profissionais da CONTRATADA, quando nas dependências do MMA, deverão apresentar-se vestido de forma adequada ao ambiente de trabalho, evitando-se o vestuário que caracterize o comprometimento da boa imagem institucional do órgão;

4.25.2. Os profissionais também deverão respeitar todos os servidores, funcionários e colaboradores em qualquer posição hierárquica, preservando a comunicação e o relacionamento interpessoal construtivo;

4.25.3. A CONTRATADA obriga-se a implantar, na execução do serviço de suporte técnico, boas práticas ambientais, devendo as especificações dos insumos necessários para a execução dos serviços, atender as normas ambientais vigentes, principalmente no que tange ao uso de produtos biodegradáveis;

4.25.4. Considerando a Lei n.º 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e a Instrução Normativa MP n.º 01/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências, para a presente contratação, aplicar-se-ão os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

4.25.5. Utilização de tecnologias de virtualização, as quais podem ser definidas como soluções computacionais que permitem a execução de vários sistemas operacionais e seus respectivos softwares a partir de uma única máquina física. Como benefícios da virtualização podem ser citados o melhor aproveitamento da infraestrutura existente, a redução no consumo de energia elétrica, diminuição na geração de lixo eletrônico e menor emissão de carbono;

4.25.6. Adotar processos administrativos na sua forma eletrônica, utilizando softwares aplicativos. Os documentos deverão ser gerados e mantidos em sua forma digital e, com o objetivo de garantir a integridade dos mesmos, nestes deverão ser utilizados recursos tecnológicos de segurança da informação. O objetivo da referida adoção é reduzir o número de cópias e impressões em papel;

4.25.7. Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pelo CONTRATANTE;

4.25.8. A CONTRATADA deverá instruir os seus empregados quanto à necessidade de racionalização de recursos no desempenho de suas atribuições, bem como das diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pelo CONTRATANTE;

4.25.9. A CONTRATADA deverá observar o disposto no Decreto 10.779, de 25 de Agosto de 2021, que estabelece medidas para a redução do consumo de energia elétrica, no que couber.

4.25.10. Considerando as orientações contidas no "Guia Nacional de Licitações Sustentáveis" da Advocacia-Geral da União - AGU disponibilizado no link Licitações Sustentáveis — pt-br (www.gov.br), destaca-se que não há obrigações adicionais que mereçam destaque.

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.26. Os equipamentos deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos nos Anexos I, II e III deste Termo de Referência.

Requisitos de Implantação

4.27. Os equipamentos deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos nos Anexos I, II e III deste Termo de Referência e os elencados a seguir:

4.28. A entrega dos bens e a prestação da garantia deverá ser realizada pela CONTRATADA, ou pelo fabricante da solução, presencialmente durante o expediente do Ministério em Brasília, após a emissão da Ordem de Serviço respectiva, no período de Segunda à Sexta de 8h00 as 12h00 e de 14h00 as 18h00, ou, excepcionalmente, em dia e horário a ser combinado entre as partes.

4.29. A CONTRATADA será responsável pela prestação de todos os serviços, fornecimento de todos os equipamentos audiovisuais, sistema de automação, fretes, garantia dos equipamentos e mão de obra, incluindo ainda, o detalhamento do projeto e quaisquer outros trabalhos tidos como necessários para o perfeito funcionamento do sistema

4.30. A CONTRATADA deverá ao final da instalação deixar o ambiente preparado para atender as necessidades do MMA para os eventos e com ferramentas de alta qualidade e prover serviços de suporte.

4.31. Os equipamentos/materiais substituídos, que não apresentarem condições de reutilização deverão ser retirados das dependências do MMA pela CONTRATADA, após a aprovação pela FISCALIZAÇÃO do Contrato. A CONTRATADA deverá dar destino adequado a esses equipamentos/materiais, conforme legislação vigente. Esse procedimento deverá ser feito pela CONTRATADA, que assumirá todos os custos de remoção, transporte, destinação e descarte dos referidos materiais.

Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

4.32. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o CONTRATANTE.

4.33. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

4.34. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

4.35. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

4.36. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

4.37. Uma vez notificada, a CONTRATADA realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela CONTRATADA ou pela assistência técnica autorizada.

4.38. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da CONTRATADA, aceita pelo CONTRATANTE.

4.39. Na hipótese do subitem acima, a CONTRATADA deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo CONTRATANTE, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

4.40. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do CONTRATANTE ou a apresentação de justificativas pela CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da CONTRATADA o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

4.41. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da CONTRATADA.

4.42. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência própria e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

Requisitos de Experiência Profissional

4.43. Os serviços de instalação e configuração dos sistemas, operação assistida e suporte técnico e garantia de funcionamento da solução nas salas de vídeo deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços.

Requisitos de Formação da Equipe

4.44. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.45. O fornecimento dos equipamentos está condicionado ao recebimento pela CONTRATADA de Ordem de fornecimento de Bens (OFB) emitida pela CONTRATANTE.

4.46. A OFB indicará o tipo de equipamento, a quantidade e a localidade na qual os equipamentos deverão ser entregues.

4.47. A CONTRATADA deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma:

4.47.1. Com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana de maneira eletrônica e via telefônica.

4.47. O andamento do fornecimento dos equipamentos deve ser acompanhado pela CONTRATADA, que dará ciência de eventuais acontecimentos à CONTRATANTE.

Outros Requisitos Aplicáveis

Requisitos Técnicos

4.48. Os equipamentos e serviços deverão observar integralmente os requisitos técnicos descritos nos Anexos I, II e III deste Termo de Referência.

Sustentabilidade

4.49. A CONTRATADA obriga-se a implantar, na execução do serviço de suporte técnico, boas práticas ambientais, devendo as especificações dos insumos necessários para a execução dos serviços, atender as normas ambientais vigentes, principalmente no que tange ao uso de produtos biodegradáveis.

4.50. Considerando a Lei n.º 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e a Instrução Normativa MP n.º 01/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências, para a presente contratação, aplicar-se-ão os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

4.50.1. Utilização de tecnologias de virtualização, as quais podem ser definidas como soluções computacionais que permitem a execução de vários sistemas operacionais e seus respectivos softwares a partir de uma única máquina física. Como benefícios da virtualização podem ser citados o melhor aproveitamento da infraestrutura existente, a redução no consumo de energia elétrica, diminuição na geração de lixo eletrônico e menor emissão de carbono.

4.50.2. Adotar processos administrativos na sua forma eletrônica, utilizando softwares aplicativos. Os documentos deverão ser gerados e mantidos em sua forma digital e, com o objetivo de garantir a integridade dos mesmos, nestes deverão ser utilizados recursos tecnológicos de segurança da informação. O objetivo da referida adoção é reduzir o número de cópias e impressões em papel.

4.50.3. Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pelo CONTRATANTE.

4.50.4. A CONTRATADA deverá instruir os seus empregados quanto à necessidade de racionalização de recursos no desempenho de suas atribuições, bem como das diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pelo CONTRATANTE.

4.50.5. A CONTRATADA deverá observar o disposto no Decreto 10.779, de 25 de Agosto de 2021, que estabelece medidas para a redução do consumo de energia elétrica, no que couber.

4.50.6. Na execução dos serviços, a CONTRATADA deverá aplicar critérios de sustentabilidade ambiental, principalmente os que visem a redução do consumo de energia elétrica, destinação adequada de peças e componentes substituídos, além dos resíduos, tais como pilhas descarregadas, fios, baterias e outros produtos com potencial de poluição.

4.50.7. Os possíveis impactos ambientais do serviço a ser contratado dizem respeito aos materiais que serão utilizados em sua execução, bem como o descarte de eventuais resíduos.

4.51. Considerando as orientações contidas no "Guia Nacional de Licitações Sustentáveis" da Advocacia-Geral da União - AGU disponibilizado no link Licitações Sustentáveis — pt-br (www.gov.br), destaca-se que não há obrigações adicionais que mereçam destaque.

Subcontratação

4.52. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.52.1. A subcontratação apenas se mostra cabível quando o objeto a ser licitado comporta execução complexa, de modo que alguma fase/ etapa/ aspecto requeira a participação de terceiros em razão dos princípios da especialização e da concentração das atividades, o que não é o caso. Por essa razão, resta vedada a subcontratação, ainda que parcial.

Garantia da Contratação

4.53. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.54. A garantia nas modalidades caução e fiança bancárias deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

4.55. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.56. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.57. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 18 horas.

4.58. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior a data prevista para a abertura da sessão pública.

4.59. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia, conforme agendamento através do e-mail: cgti@mma.gov.br.

4.60. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.61. A vistoria deverá ser observada criteriosamente pela licitante, para que os novos equipamentos e serviços a serem ofertados tenham plena compatibilidade com os já existentes no MMA.

4.62. Não se admitirá um mesmo profissional como representante de mais de uma licitante.

4.63. O licitante deverá assinar o Termo e Vistoria - Anexo IV, comprovando que o representante da licitante vistoriou os locais onde serão realizados os serviços bem como tomou ciência de todas as informações e condições necessárias à correta elaboração da proposta, tendo perfeito conhecimento do objeto licitado;

4.64. Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto, arcando com quaisquer ônus decorrentes desses fatos.

4.65. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração a cerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação

4.66. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a CONTRATADA assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.67. Demais esclarecimentos, com relação a vistoria, através do Telefone (61) 2028-1009.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

4.68. A demanda do órgão tem como base as características constantes dos Anexos I, II e III deste Termo de Referência - TR como também, os Estudos Técnicos Preliminares- ETP.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. Receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

5.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da CONTRATADA, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.1.8. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

5.1.9. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e as disposições deste Termo de Referência;

5.1.10. Não transferir à CONTRATADA a responsabilidade para realização de atos administrativos ou a tomada de decisão;

5.1.11. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA;

5.1.12. Realizar, no momento da licitação e sempre que possível, diligências com o LICITANTE classificado provisoriamente em primeiro lugar, para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas;

5.1.13. Permitir acesso aos profissionais da empresa CONTRATADA às suas dependências, sempre que necessário à execução contratual;

5.1.14. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos da empresa CONTRATADA;

5.1.15. Proporcionar ao pessoal técnico do licitante vencedor toda assistência e as facilidades operacionais ao pleno desenvolvimento das atividades atinentes ao objeto;

5.1.16. Notificar a CONTRATADA, por escrito, em todas as ocorrências atípicas registradas durante a execução do objeto;

5.1.17. Verificar a regularidade da CONTRATADA junto ao SICAF antes de cada pagamento;

5.1.18. Fornecer ou estabelecer em conjunto com o licitante vencedor a agenda de manutenções programadas;

5.1.19. Comunicar à CONTRATADA a relação de colaboradores que poderão abrir chamados técnicos para atendimento programado e corretivo por meio dos canais de atendimento definidos no Termo de Referência;

5.1.20. Assistir e homologar os serviços prestados, conforme definido em Contrato;

5.1.21. Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto prestado em desacordo com o escopo e especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência;

5.1.22. Fiscalizar toda a execução contratual, como forma de assegurar o cumprimento de todas as condições estabelecidas no Termo de Referência;

5.1.23. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com a forma e prazos estabelecidos, exigindo a apresentação das Notas Fiscais/Faturas e, quando for o caso, de relatórios de execução dos serviços /medições.

5.1.24. conferir os espaços previstos para a instalação dos equipamentos antes da execução dos serviços.

5.2. São obrigações da CONTRATADA:

5.2.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

5.2.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.6. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

- 5.2.7. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 5.2.8. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 5.2.9. Fazer a transição contratual, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços, quando for o caso;
- 5.2.10. Prover, manter e garantir a disponibilidade de profissionais em plantão para acionamento de demandas emergenciais pelo CONTRATANTE;
- 5.2.11. Reparar, refazer, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo fixado pelo gestor do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados – ressalvada a aplicação de glosas e sanções pelo não cumprimento dos critérios de qualidade e/ou não atendimento a orientações do CONTRATANTE;
- 5.2.12. Apresentar os empregados diretamente envolvidos na prestação dos serviços junto ao CONTRATANTE devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, quando for o caso;
- 5.2.13. Apresentar ao CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão ao ambiente físico deste para a execução do(s) serviço(s) – instruindo-os quanto à necessidade de acatar as normas internas vigentes;
- 5.2.14. Informar prontamente ao CONTRATANTE sobre fatos e/ou situações relacionadas à prestação dos serviços contratados que representem risco ao êxito da contratação ou o cumprimento de prazos exigidos, além de responsabilizar-se pelo conteúdo e veracidade das informações prestadas, sob pena de incorrer em situações de dolo ou omissão;
- 5.2.15. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem no objeto contratual, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor total;
- 5.2.16. Zelar pelo cumprimento de leis e normas relativas à segurança e medicina do trabalho durante a execução de quaisquer serviços de sua responsabilidade nas instalações do CONTRATANTE. Assim como cumprir as normas do CONTRATANTE aplicáveis em suas instalações funcionais, inclusive regras de acesso e controles de segurança;
- 5.2.17. Manter o mais rigoroso sigilo sobre quaisquer dados, reuniões, informações, documentos e especificações que a ela venham a ser confiados ou que venha a ter acesso em razão da execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los, reproduzi-los ou deles dar conhecimento a quaisquer terceiros;
- 5.2.18. Deverá garantir o pleno funcionamento da Infraestrutura de TIC, visto que as interrupções de acesso aos serviços disponibilizados serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, a qual arcará com glosa, multa e outras penalidades;
- 5.2.19. Responsabilizar-se pelo pagamento de custos de pessoal, diárias, passagens e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços objeto deste Termo de Referência;
- 5.2.20. Os profissionais envolvidos na realização dos serviços deverão possuir vínculo contratual com a CONTRATADA, não se permitindo a subcontratação dos serviços;
- 5.2.21. Cumprir integralmente as especificações e prazos definidos, garantindo a qualidade dos serviços objeto desta contratação;
- 5.2.22. Solicitar autorização prévia da CONTRATANTE para utilizar recursos de software que necessitem de aquisição de licença de uso ou ferramentas cuja versão seja diferente daquelas em uso pela CONTRATANTE;
- 5.2.23. Admitir, administrar, coordenar e avaliar, sob sua responsabilidade, os profissionais envolvidos na prestação dos serviços desta contratação, obrigando-se também por todos os tributos, impostos, encargos (trabalhistas ou não), incluindo toda e qualquer verba rescisória, além de todas as taxas que se apliquem ao seu ramo de atuação;
- 5.2.24. Apresentar, em conjunto com as faturas de serviços, toda a documentação comprobatória das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas previstas nas normas vigentes;

5.2.25. Manter sigilo, sob pena de responsabilidades civis, penais e administrativas, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto desta contratação devendo orientar seus empregados nesse sentido;

5.2.26. Assinar, quando da assinatura do contrato, por meio de seu representante, **TERMO DE COMPROMISSO E MANUTENÇÃO DE SIGILO - ANEXO VI**, em que se responsabilizará pela manutenção de sigilo e confidencialidade das informações a que possa ter acesso em decorrência da contratação;

5.2.27. Apresentar, para cada profissional que vier a executar atividades referentes ao objeto desta contratação, o **TERMO DE CIÊNCIA - ANEXO VII**, a ser assinado pelo funcionário, declarando que está ciente das responsabilidades pela manutenção de sigilo e confidencialidade;

5.2.28. Manter atualizado, para efeito de controle de acesso às dependências do CONTRATANTE, o nome e o respectivo CPF de cada profissional que pretender disponibilizar para o cumprimento do contrato, juntamente com o **TERMO DE CIÊNCIA - ANEXO VII**;

5.2.29. Substituir o profissional, cuja atuação, permanência ou comportamento seja, reprovado pela CONTRATANTE, prejudiciais e inconvenientes à execução dos serviços ou às normas da CONTRATANTE;

5.2.30. Observar e cumprir as normas relacionadas com a segurança e higiene no trabalho, fornecendo aos seus recursos técnicos, quando necessários, todos os equipamentos de proteção individual e coletiva;

5.2.31. Adotar as providências médicas e legais com relação a acidentes de que possam ser vítimas seus colaboradores, quando relacionados à execução do objeto contratual;

5.2.32. Responder por quaisquer prejuízos que os profissionais alocados causarem à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão, procedendo aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus e a responsabilidade decorrente;

5.2.33. Responsabilizar pelos materiais, produtos, ferramentas, instrumentos e equipamentos disponibilizados pela CONTRATANTE para a execução dos serviços, não cabendo à CONTRATANTE qualquer responsabilidade por perdas ou danos que possam vir a ocorrer;

5.2.34. Levar imediatamente ao conhecimento do Gestor do Contrato qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução dos serviços contratados;

5.2.36. Responsabilizar-se sobre todos os atos de seus profissionais, relacionados ao manuseio de arquivos de dados, sistemas computadorizados, softwares e equipamentos de propriedade da CONTRATANTE;

5.2.37. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação;

5.2.38. Ao término do contrato, seja por decurso de vigência ou por suspensão/cancelamento, promover a transição contratual com transferência de tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, promovendo a transferência do conhecimento aos profissionais do CONTRATANTE ou da nova pessoa jurídica que continuará a execução dos serviços;

5.2.39. Efetuar a transferência de conhecimento para a equipe técnica da CONTRATANTE, de todos os novos serviços implantados ou modificados, mediante manutenção da base de conhecimento da CONTRATANTE;

5.2.40. A CONTRATADA deverá indicar preposto, que será responsável por acompanhar a execução do CONTRATO, atuando como interlocutor administrativo principal junto ao CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder às questões legais e administrativas referentes à execução contratual;

5.2.41. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos técnicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

5.2.41. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

5.2.42. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

5.2.43. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

5.2.44. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

5.2.45. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.2.46. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

5.2.47. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação;

5.2.48. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.49. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.50. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

5.2.51. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da Solução de Tecnologia da Informação pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

5.2.52. Manter, durante a execução do Contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação;

5.2.53. Manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação durante a execução do contrato;

5.2.54. Manter o controle de todas as Ordens de Serviço e Chamados, com o objetivo de garantir a execução dos serviços dentro dos prazos estabelecidos, atendendo a todos os requisitos de qualidade;

5.2.55. Responder, perante o MMA, pela execução técnica das Ordens de Serviço ou Chamados;

5.2.56. Participar, sempre que solicitado, de reuniões de acompanhamento das atividades referentes às ordens de serviços em execução e com representantes do MMA;

5.2.57. Levar para as reuniões periódicas de acompanhamento as situações não resolvidas em nível de gerência das Ordens de Serviço ou Chamados;

5.2.58. Atender prontamente e dentro do prazo estipulado quaisquer exigências do Gestor inerentes ao objeto do Contrato, sem que disso decorra qualquer ônus extra para o MMA;

5.2.59. Acompanhar a execução das Ordens de Fornecimento em andamento e fornecer informações atualizadas ao Gestor do Contrato, sempre que solicitado;

5.2.60. Informar ao MMA sobre problemas de qualquer natureza que possam impedir o andamento normal dos serviços;

5.2.61. Elaborar e entregar ao Gestor os documentos referentes ao acompanhamento da execução das OS;

5.2.62. Garantir a execução dos procedimentos administrativos referentes aos recursos envolvidos na execução dos serviços contratados;

5.2.63. Estar apta a prestar tempestivamente todas as informações (por meio de documentos impressos ou digitais) sobre as regularidades fiscais e financeiras da empresa, bem como a manutenção de todos os requisitos contratuais. Irregularidades administrativas ou contratuais poderão ensejar rescisão contratual;

5.2.64. Supervisionar todos os processos do trabalho, garantindo a qualidade dos serviços prestados e o cumprimento dos NMSE estabelecidos;

- 5.2.65. Propor novas rotinas, processos e fluxos de trabalho, visando maior eficácia no serviço prestado;
- 5.2.66. Gerenciar o cumprimento de prazos e prioridades estabelecidos;
- 5.2.67. Gerenciar e acompanhar o desempenho da prestação de serviço;
- 5.2.68. Deverá cobrir toda e qualquer confecção de cabos necessários ao funcionamento da solução;
- 5.2.69. Deverá fornecer todo e qualquer tipo de cabos necessários ao funcionamento da solução.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Rotinas de Execução

Do Encaminhamento Formal de Demandas

- 6.1. O gestor do contrato emitirá a Ordem de fornecimento de bens (OFB) para a entrega dos bens desejados.
- 6.2. A CONTRATADA deverá fornecer equipamentos com as mesmas configurações e quantidades definidas na OFB.
- 6.3. Os bens serão recebidos provisoriamente, quando da entrega integral do objeto, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 6.4. Os bens serão recebidos definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado, desde que estejam de acordo com os critérios de aceitação deste Termo de Referência.

Forma de execução e acompanhamento dos serviços

Condições de Entrega

- 6.5. O prazo de entrega dos bens é de até 120 (cento e vinte) dias, contados da emissão da Ordem de Fornecimento de Bens.
- 6.6. A entrega será acompanhada pela Divisão de Patrimônio e Almoxarifado - DIPA e pela fiscalização técnica da Equipe de gestão e fiscalização do Contrato.
- 6.7. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 6.8. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Esplanada dos Ministérios, Bloco B.

Divisão de Patrimônio e Almoxarifado - DIPA. Sala SS 15. Subsolo

CEP: 70.068-900. Brasília - DF.

Telefone: (61) 2028 - 1100

Formas de transferência de conhecimento

- 6.9. A transferência do conhecimento deverá ser realizada observando-se o que segue:
- 6.10. A CONTRATADA deverá se comprometer a habilitar a equipe de técnicos do CONTRATANTE ou outra por ele indicada no uso de eventuais soluções desenvolvidas e implantadas ou nos produtos fornecidos dentro do escopo do CONTRATO, repassando todo o conhecimento necessário para tal, com vistas a mitigar riscos de descontinuidade dos serviços e de dependência técnica.

6.11. A transferência de conhecimento, no uso das soluções desenvolvidas pela CONTRATADA, deverá ser viabilizada, sem ônus adicionais, em eventos específicos de transferência de conhecimento e, preferencialmente, à equipe indicada pelo CONTRATANTE, se baseando em documentos técnicos e/ou manuais específicos das soluções, entre outros.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.12. Ao término do CONTRATO, seja por decurso de vigência ou por rescisão antecipada, a CONTRATADA fica obrigada a promover atividades de encerramento contratual, adotando um plano de repasse final, com transferência de tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, capacitando, se solicitado, os técnicos do CONTRATANTE ou os da nova pessoa jurídica que continuará a execução dos serviços, sem ônus adicional ao CONTRATO.

6.13. Um PLANO DE TRANSIÇÃO, endereçando todas as atividades necessárias para a completa transição, deverá ser entregue pela CONTRATADA ao CONTRATANTE

Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

6.14. Cada OFB conterá a quantidade a ser fornecida, incluindo a sua localização e o prazo, conforme definições deste Termo de Referência.

Mecanismos formais de comunicação

6.15. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, os seguintes:

6.15.1. Ordem de Fornecimento de Bens;

6.15.2. Ordem de Serviço;

6.15.3. Ata de Reunião;

6.15.4. Ofício;

6.15.5. Sistema de abertura de chamados;

6.15.6. E-mails;

6.15.7. Chamados técnicos;

Formas de Pagamento

6.16. Os critérios de medição e pagamento serão tratados no item 8 e seguintes deste Termo de Referência.

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.17. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo CONTRATANTE a tais documentos.

6.18. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da CONTRATADA, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS VI e VII.

7. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Reunião Inicial

7.5. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução do contrato.

7.6. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da CONTRATANTE.

7.7. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.7.1. Presença do representante legal da CONTRATADA, que apresentará o seu preposto;

7.7.2. Entrega, por parte da CONTRATADA, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.7.3. Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.7.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.7.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste Termo de Referência.

Fiscalização

7.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.8.1. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.8.2. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.8.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.8.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.8.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.8.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

7.8.7. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8.8. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

7.8.9. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.8.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.8.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.8.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.8.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.8.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.8.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

Critérios de Aceitação

7.9. A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:

7.10. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não reconicionados e em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos end-of-life);

7.11. Todos os componentes do(s) equipamento(s) e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de adaptadores, frisagens, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas

adesivas ou quaisquer outros procedimentos não previstos nas especificações técnicas ou, ainda, com emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o produto ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis;

7.12. Todos os componentes internos do(s) equipamento(s) deverá(ão) estar instalado(s) de forma organizada e livres de pressões ocasionados por outros componentes ou cabos, que possam causar desconexões, instabilidade, ou funcionamento inadequado;

7.13. O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil;

7.14. Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado como novos pelo fornecedor dos produtos;

7.15. Os produtos, considerando a marca e modelo apresentados na licitação, não poderão estar fora de linha comercial, considerando a data de LICITAÇÃO (abertura das propostas). Os produtos devem ser fornecidos completos e prontos para a utilização, com todos os acessórios, componentes, cabos etc;

7.16. Todas as licenças, referentes aos softwares e drivers solicitados, devem estar registrados para utilização do CONTRATANTE, em modo definitivo (licenças perpétuas), legalizado, não sendo admitidas versões "shareware" ou "trial". O modelo do produto ofertado pelo licitante deverá estar em fase de produção pelo fabricante (no Brasil ou no exterior), sem previsão de encerramento de produção, até a data de entrega da proposta;

7.17. A CONTRATANTE poderá optar por avaliar a qualidade de todos os equipamentos fornecidos ou uma amostra dos equipamentos, atentando para a inclusão nos autos do processo administrativo de todos os documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação em cada equipamento selecionado, para posterior rastreabilidade;

7.18. Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens e/ou serviços, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao CONTRATANTE o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no CONTRATO. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

7.19. Os níveis mínimos de serviço são indicadores mensuráveis estabelecidos pelo CONTRATANTE para aferir objetivamente os resultados pretendidos com a contratação. São considerados para a presente contratação os seguintes indicadores:

Meta 1	O Canal para abertura e acompanhamento de chamados técnicos deverá operar e estar à disposição em regime 24x7x365
Desconto	2% (dois por cento)
Incidência	Por ocorrência da indisponibilidade
Base de Cálculo	Valor Mensal (anual/12)
Teto	3 (três) ocorrências

Meta 2	Entregar em até 5 (cinco) dias úteis do próximo mês, relatório técnico das atividades e o registro de todos os chamados atendidos durante o mês anterior.
Desconto	1% (um por cento)
Incidência	Por dia de atraso
Base de Cálculo	Valor Mensal (anual/12)
Teto	5 (cinco) ocorrências

7.20. Os serviços de manutenção e suporte técnico deverão prover atendimento para a solução de problemas, seja definitiva ou de contorno, obedecidos os prazos e graus de severidade determinados. As metas a cumprir são fixadas conforme os graus de severidade das situações e prazos máximos para a solução de problemas, sendo:

Solução de problemas para serviços de manutenção e suporte técnico		
Grau	Descrição da situação	Solução técnica, prazos máximos contados do chamado técnico
1	Substituição de equipamento e/ou módulo que apresente pane / falha ou não conformidade técnica que o torne total ou parcialmente inoperante.	24 HORAS NBD – next business day (próximo dia útil)
2	Problema com impacto que cause restrições de operação de funções essenciais que torne o equipamento totalmente inoperante.	4 HORAS (atendimento por telefone/remoto)
3	Problema com impacto que cause restrições de operação de funções essenciais que torne o equipamento parcialmente inoperante.	6 HORAS (atendimento por telefone/remoto)
4	Problema sem impacto em operação: apresente pane, falha ou não conformidade técnica que causa restrições de operação de funções acessórias	24 HORAS (atendimento por telefone/remoto)
	Consulta: necessidade de resolver dúvidas sobre configuração, customização, otimização, operacionalização, uso e administração dos equipamentos e/ou módulos	
	Disponibilizar atualização das versões de “firmware” para os equipamentos	

Percentuais de Desconto sobre o Valor Mensal por Descumprimento do NMSE		
Grau	Desconto	Incidência
1	9%	Por hora de atraso ou fração, por chamado
2	5%	Por horas de atraso ou fração, por chamado
3	5%	Por horas de atraso ou fração, por chamado
4	3%	Por horas de atraso ou fração, por chamado

7.21. Os chamados poderão ser reclassificados pelo CONTRATANTE, sendo que a contagem dos prazos de atendimento e solução definitiva do problema serão iniciados da reclassificação, observando o novo grau de severidade.

7.22. Para permitir a apuração do atendimento e mensurar o cumprimento do NMSE, a CONTRATADA deverá disponibilizar canal de comunicação (através de telefone e e-mail, e/ou acesso a sistema on-line via Web), disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, que permita o gerenciamento de chamados de forma a possibilitar o controle da abertura, o acompanhamento dos chamados e sua conclusão, bem como dos prazos de atendimento. Esse canal de comunicação deve possibilitar, no mínimo, o registro das seguintes informações:

7.22.1. Horário de abertura;

7.22.2. Grau de severidade e descrição da ocorrência;

7.22.3. Horário do primeiro retorno por parte da CONTRATADA;

7.22.4. Horário de início dos trabalhos da CONTRATADA para a solução técnica;

7.22.5. Comunicação, pela CONTRATADA, da conclusão dos trabalhos para solução da situação;

7.22.6. Avaliação do MMA sobre a conclusão da solução técnica.

7.23. Para fins de controle de prazos de atendimento, será considerado solucionado/concluído o chamado técnico no horário de comunicação, pela CONTRATADA, da conclusão dos trabalhos, desde que a avaliação do MMA seja positiva, ainda que ocorra posteriormente.

7.24. O NMSE poderá ser revisto durante a execução do contrato e sofrer alterações mediante acordo entre as partes, sempre que o novo sistema se mostrar mais eficiente para garantir a qualidade dos serviços para o MMA e desde que não haja prejuízos para a CONTRATADA.

7.25. O contrato estará sujeito a rescisão e aplicação das penalidades previstas caso os descontos por descumprimento do NMSE atinjam ou superem o total de:

7.25.1. 10% (dez por cento) no mês de referência, e/ou;

7.25.2. 20% (vinte por cento) em diferentes faturas durante o período inicial de 12 (doze) meses de vigência;

7.25.3. Decorrido 12 (doze) meses sem que os descontos tenham atingido os patamares acima, inicia-se novo período de acompanhamento/apuração para fins de considerar a reincidência.

Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

7.26. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela CONTRATANTE, conforme a tabela abaixo:

ID	Ocorrência	Sanção
1	Não comparecer injustificadamente à Reunião Inicial.	Advertência. Em caso de reincidência, multa de 1% sobre o valor total do Contrato.
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, por até 30 dias, sem comunicação formal ao gestor do Contrato.	Multa de 5% sobre o valor total do Contrato. Em caso de reincidência, configura-se inexecução total do Contrato por parte da empresa, ensejando a rescisão contratual unilateral.
3	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 24 horas úteis.	Advertência No caso de reincidência, multa moratória de 0,5% sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela CONTRATANTE, até o limite de 20 dias úteis.
		Após o limite de 20 dias úteis, aplicar-se-á multa moratória de 1,5% do valor total do Contrato.
4	Percentual de glosa mensal acima de 30% três vezes em um período inferior à 06 meses	Multa Compensatória de 5% do valor total do Contrato, declaração de inexecução parcial do Contrato e rescisão contratual.
5	Utilizar as dependências e/ou os recursos do CONTRATANTE para fins estranhos à execução do objeto do CONTRATO e/ou em desacordo com as instruções e normas internas do CONTRATANTE.	Advertência Em caso de reincidência, multa moratória de 1% do valor total do Contrato.
6	Deixar de cumprir determinação e/ou instrução formal do CONTRATANTE, inclusive as emitidas pela equipe de fiscalização do CONTRATO.	Advertência Em caso de reincidência, multa moratória de 1% do valor total do Contrato.
7	Deixar de efetuar quaisquer despesas diretas e/ou indiretas de sua responsabilidade relacionadas à execução do CONTRATO.	Advertência Caso a situação não seja regularizada, multa compensatória de 1% do valor total do Contrato.
8	Deixar de cumprir, violar ou implementar rotinas em desconformidade com a Política de Segurança da Informação - POSIC, do CONTRATANTE.	Advertência Em caso de reincidência, multa compensatória de 1% do valor total do Contrato.
		Advertência.

9	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa compensatória de 1% do valor total do Contrato.
---	--	---

7.27. Os termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o Contratado:

7.27.1. Não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

7.27.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.3.1. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.10.1. o prazo de validade;

8.10.2. a data da emissão;

8.10.3. os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;

8.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.10.5. o valor a pagar; e

8.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE;

8.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.19. No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.23. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.24. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

8.25. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.26. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.28. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

8.29. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto Contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.26 Reajuste

8.26.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 15/10/2024.

8.26.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

9.1.1. Na fase de julgamento da proposta, o licitante detentor do lance provisoriamente vencedor deverá anexar a proposta contendo o(s) valor(es) unitário(s) e total(is) com a indicação das marcas e especificações dos produtos e quando couber, anexar também, os manuais, especificações, indicar os links e demais informações do fabricante, de forma a possibilitar a análise e aderência dos equipamentos com as especificações dos itens licitados.

9.1.1.1. A fim de proporcionar organização e a conferência das informações dos produtos, além dos documentos descritos no subitem acima, de forma não obrigatória, o licitante poderá enviar documento indicando os itens dos manuais do fabricante e links que correspondam aos solicitados pelo CONTRATANTE, a fim de proporcionar a conferência e a aderência dos equipamentos às especificações.

9.2 Trata-se de uma licitação em que a natureza do objeto não permite o parcelamento, em virtude de possível desvantagem a administração pública no momento da fiscalização do contrato, também motivo de conexão entre os itens e também motivo de unificação do projeto para cada sala, por trata-se de um serviço comum, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos por este Termo de Referência - TR , por meio de especificações usuais de mercado, *na forma do artigo 6º da Lei nº 14.133, de 2021 e inciso XXXII do artigo 2º da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022.*

9.2.1 Nesse sentido, por se tratar de uma solução de serviços integrados, é fundamental para a garantia da qualidade do serviço que sejam executados por um mesmo fornecedor, dada a impossibilidade de segregação do objeto sem que haja prejuízo ao conjunto, objetivando alcançar produtividade, economicidade e eficiência na execução do objeto.

9.2.2 Sendo assim, o agrupamento de elementos que compõem a mesma solução compõe a melhor estratégia para a Administração.

9.2.3 O objeto em questão não apresenta divisibilidade viável sem comprometer o desempenho global da solução. A segmentação em itens individualizados não se mostra vantajosa, dado que a viabilidade técnica para tal abordagem é inexistente. Nesse sentido, a eventual fragmentação do objeto, permitindo múltiplas contratações, poderá comprometer a execução dos serviços de modo a não alcançar os resultados almejados. Embora os itens envolvidos sejam considerados comuns e padronizados no mercado, a solução proposta é integrada e customizada para atender às especificidades do MMA, não podendo ser classificada como uma solução de prateleira. Portanto, a previsão de parcelamento não se configura como uma medida adequada.

9.2.4 Cumpre destacar a complexidade técnica do projeto, a qual demanda o planejamento, a organização, a coordenação e a execução integrada de diversos serviços. Estes compreendem a implementação da solução de modernização em todos os ambientes, a instalação de sistemas de áudio, visualização e interatividade de imagens, bem como a automação dos equipamentos e cenários, promovendo a interface com os sistemas preexistentes no MMA, com especial ênfase na integração ao sistema de videoconferência.

9.2.5 Ressalte-se, ainda, que a contratação de uma única empresa responsável pela execução do objeto licitado simplifica o controle e a fiscalização por parte do contratante. Essa abordagem aprimora o acompanhamento de eventuais problemas e respectivas soluções, facilitando a verificação do cumprimento das obrigações e atribuições da contratada, além de reduzir os riscos de falhas e insucessos na execução do contrato.

9.2.6 Reconhece-se, igualmente, a necessidade de uma transferência de conhecimento eficaz aos colaboradores do MMA para a operação do sistema implantado, incluindo a prestação de serviços de operação assistida. Nesse contexto, a adoção de uma abordagem parcelada pode dificultar a efetividade desse processo.

9.2.7 Ademais, a contratação em grupo único mostra-se viável sob a ótica do mercado, uma vez que existem empresas capacitadas para atender ao escopo completo do projeto. Essa abordagem pode, inclusive, fomentar a competitividade na licitação, gerando benefícios para ambas as partes envolvidas.

9.2.8 Portanto, com base nas considerações expostas, a contratação em grupo ou lote único configura-se como a abordagem mais adequada e eficaz para atender às necessidades do MMA, assegurando a plena execução e o sucesso do projeto em tela.

9.3. O regime de execução do contrato será por fornecimento e prestação de serviço associado.

Da Aplicação da Margem de Preferência

9.3. Não será aplicada margem de preferência na presente contratação.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. **Consórcio:** Não será admitida a participação de entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, pois o objeto não demanda aglutinação de competências conexas que apresentem suas especificidades, o que justificaria a união de empresas.

9.13.1. Ressalta-se que as empresas no mercado terão condições de realizar o objeto da licitação e a formação de consórcio pode ensejar redução no caráter competitivo, pois facilitaria que empresas, que seriam naturalmente competidoras entre si, acordassem para participar da licitação.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/ Distrital ou Municipal* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual/Distrital ou Municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual/ Distrital ou Municipal* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

9.25.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.25.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

9.25.3.. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.25.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.26.. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5 % do valor total estimado da contratação.

9.27 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica

9.28 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.28.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.28.1.1. Executou infraestrutura de cabeamento de áudio, vídeo, dados e elétrica, incluindo a instalação, configuração de equipamentos de som, imagem, automação;

9.28.1.2. Forneceu, instalou e configurou sistema de processamento e distribuição de áudio local;

9.28.1.3. Forneceu, instalou e configurou sistema de automação de equipamentos e ambientes e suas respectivas conectividades;

9.28.1.4. Forneceu e instalou sistema visualização tipo videowall ou sistema visualização tipo painel LED;

9.28.1.5. Forneceu e instalou sistema de captação de vídeo com câmeras do tipo PTZ e mesas de produção/corte profissionais;

9.28.1.6. Prestou serviços de processamento digital de sinais de áudio e vídeo programáveis por software;

9.28.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.28.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.28.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto Contratado, dentre outros documentos.

9.28.5. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.28.5.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.28.5.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.28.5.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.28.5.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.28.5.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.28.5.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.28.5.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 4.303.839,81 (Quatro milhões, trezentos e três mil, oitocentos e trinta e nove reais e oitenta e um centavos)**, conforme tabela abaixo:

GRUPO ÚNICO						
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT CATSER	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	AMPLIFICADOR DE AUDIO MULTICANAL	603938	EQUIPAMENTO	1	R\$ 25.000,00	R\$ 25.000,00
2	CÂMERA E-PTZ USB	385176	EQUIPAMENTO	1	R\$ 7.819,38	R\$ 7.819,38

3	CÂMERA PTZ SDI/HDMI	385176	EQUIPAMENTO	10	R\$ 22.980,00	R\$ 229.800,00
4	CONTROLADOR PARA CÂMERA PTZ	385176	EQUIPAMENTO	3	R\$ 4.200,00	R\$ 12.600,00
5	INTERFACE DE CAPTURA HDMI - USB	483815	EQUIPAMENTO	4	R\$ 5.600,00	R\$ 22.400,00
6	INTERFACE DE OPERAÇÃO SEM FIO	385176	EQUIPAMENTO	3	R\$ 9.219,07	R\$ 27.657,21
7	KIT 15 MICROFONES GOOSENECK SEM FIOS	374925	EQUIPAMENTO	2	R\$ 275.073,09	R\$ 550.146,17
8	MATRIZ 2X2 HDMI DESCENTRALIZADA	385176	EQUIPAMENTO	2	R\$ 115.757,81	R\$ 231.515,62
9	MATRIZ 4X4 HDMI DESCENTRALIZADA	472728	EQUIPAMENTO	2	R\$ 140.000,00	R\$ 280.000,00
10	MICROFONE GOOSENECK COM FIO	374925	EQUIPAMENTO	20	R\$ 6.502,00	R\$ 130.039,95
11	MONITOR DE RETORNO DE VÍDEO	604256	EQUIPAMENTO	2	R\$ 12.741,94	R\$ 25.483,88
12	MONITOR PROFISSIONAL DE 98 POLEGADAS	385176	EQUIPAMENTO	1	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00
13	NOBREAK 10KVA / 230V	455613	EQUIPAMENTO	4	R\$ 35.143,34	R\$ 140.573,36
14	PAINEL DE LED 138 POLEGADAS	385176	EQUIPAMENTO	2	R\$ 303.438,44	R\$ 606.876,89
15	PAINEL DE LED 2,5MM 5,12M X 2.15M	385176	EQUIPAMENTO	1	R\$ 464.007,36	R\$ 464.007,36
16	PROCESSADOR DE AUDIO E AUTOMAÇÃO - TIPO 1	150925	EQUIPAMENTO	2	R\$ 58.900,00	R\$ 117.800,00
17	PROCESSADOR DE AUDIO E AUTOMAÇÃO - TIPO 2	150925	EQUIPAMENTO	2	R\$ 53.010,00	R\$ 106.020,00
18	SWITCHER DE PRODUÇÃO AO VIVO - TIPO 1	385176	EQUIPAMENTO	1	R\$ 54.900,00	R\$ 54.900,00
19	SWITCHER DE PRODUÇÃO AO VIVO - TIPO 2	385176	EQUIPAMENTO	2	R\$ 7.100,00	R\$ 14.200,00
20	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA: AUDITÓRIO IPÊ AMARELO	26972	SERVIÇO	1	R\$ 66.000,00	R\$ 66.000,00
21	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA: SALÃO DOS MINISTROS	26972	SERVIÇO	1	R\$ 66.000,00	R\$ 66.000,00

22	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA: SALA DE REUNIÃO DA SECRETARIA EXECUTIVA - SECEX	26972	SERVIÇO	1	R\$ 66.000,00	R\$ 66.000,00
23	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA: SALA DE REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA	26972	SERVIÇO	1	R\$ 66.000,00	R\$ 66.000,00
24	OPERAÇÃO ASSISTIDA (1 OPERADOR)	26972	MÊS	60	R\$ 10.100,00	R\$ 606.000,00
25	SUPORTE TÉCNICO E GARANTIA DAS SALAS	27740	MÊS	60	R\$ 5.450,00	R\$ 327.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 4.303.839,81	

10.2. A publicidade do orçamento não tem o potencial de oferecer risco à escolha da proposta mais vantajosa para a Administração e ao interesse público.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

11.2.1. Gestão/Unidade: 440001 – Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;

11.2.2. Fonte de Recursos: 3000.

11.2.3. Programa de Trabalho: 18.122.0032.2000.0001;

11.2.4. Elemento de Despesa: 44.90.00 , para os itens de despesas de capital/investimento (equipamentos); e 33.90.00 , para os itens de custeio (serviços).

11.2.5. PO; 000A - Modernização da Estrutura de Informática do MMA.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11.4. Cronograma Físico Financeiro:

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO			
DESCRIÇÃO	DURAÇÃO	RESPONSABILIDADE	Crítérios de Pagamento
Emissão da Ordem de Fornecimento de Bens	D	Contratante	

Emissão do projeto executivo.	D+30	Licitante vencedor	
Análise e aprovação do projeto executivo.	D+45	Contratante	
Entrega dos equipamentos e sistemas no local de instalação	D+120	Licitante vencedor	
Conferência da entrega e aceite dos itens entregues	D+130	Contratante	50% (cinquenta por cento) correspondente aos itens entregues.
Término da instalação.	D+160	Licitante vencedor	40% (quarenta por cento) correspondente aos equipamentos.
Conferência da entrega e aceite definitivo da instalação do sistema	D+180	Contratante	10% (dez por cento) correspondente ao restante dos serviços e itens entregues.
Emissão da Ordem de Serviço dos itens 24 - Operação assistida e 25 - Suporte Técnico e Garantia das Salas	D+181	Contratante	Mensal
Observação: D = data da emissão da Ordem de Fornecimento de Bens.			

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JAQUELINE MONTEIRO DOS SANTOS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 25/10/2024 às 14:30:08.

MARCOS ANTONIO DE SOUSA MELO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 25/10/2024 às 16:06:22.

MARCOS ANTONIO DA SILVA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 25/10/2024 às 13:37:57.

JONAS JESKE

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 25/10/2024 às 16:26:05.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Descritivo Técnico de Sistemas_v4.1.pdf (127.51 KB)
- Anexo II - Projeto Executivo e Serviços de Instalação_v4.1.pdf (128.38 KB)
- Anexo III - Especificações Técnicas dos Equipamentos e Serviços_v4.3.pdf (170.01 KB)
- Anexo IV - Termo de Vistoria_v4.1.pdf (90.57 KB)
- Anexo V - Declaração de Recusa de Vistoria_v4.1.pdf (92.5 KB)
- Anexo VI - Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo_v4.1.pdf (176.34 KB)
- Anexo VII - Termo de Ciência_v4.1.pdf (126.09 KB)

Anexo I - Descritivo Técnico de Sistemas_v4.1.pdf

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
SECRETARIA EXECUTIVA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO
ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS E INFRAESTRUTURA DE TI
DIVISÃO DE INFRAESTRUTURA

ANEXO I

**DESCRIPTIVO TÉCNICO DOS SISTEMAS DE ÁUDIO, SONORIZAÇÃO,
VISUALIZAÇÃO DE IMAGENS E VÍDEO E PRODUÇÃO DE CONTEÚDO
PARA GRAVAÇÃO E STREAMING E AUTOMAÇÃO**

1. SISTEMA DE ÁUDIO E SONORIZAÇÃO DO AUDITÓRIO IPÊ AMARELO

1.1. O sistema de sonorização e áudio deverá ser configurado para emitir avisos, chamadas, música ambiente e sonorização dos eventos.

1.2. A sonorização com processamento digital deverá permitir ajustes automáticos de ganho, abertura e fechamento de microfones dinamicamente, controle de todo o áudio via sistema de automação.

1.3. Deverão ser disponibilizadas interfaces de áudio com entradas e saídas de áudio em locais estratégicos no ambiente para que seja possível enviar e receber sinais de áudio através do sistema de sonorização digital.

1.4. Todas as caixas acústicas e amplificadores de áudio receberão os sinais de áudio do processador digital de áudio.

1.5. As caixas acústicas estão divididas em grupos:

1.5.1. Frontal esquerdo;

1.5.2. Frontal direito;

1.5.3. Caixa de embutir no teto.

1.6. O processador digital de áudio será instalado na cabine técnica e deverá ser integrado para possuir plena comunicação, através da rede ethernet dedicada por meio dos protocolos de rede Dante ou Aes67.

1.7. Toda a operação do sistema de áudio poderá ser feita a partir da cabine técnica de onde os operadores poderão escolher qualquer fonte de áudio para ser reproduzida a qualquer momento.

2. SISTEMA DE VISUALIZAÇÃO DE IMAGENS E VÍDEO DO AUDITÓRIO IPÊ AMARELO

2.1. O sistema de visualização de imagens será composto por Painel de Led com pixel dot de 2.5mm e na dimensão de 5,12m por 2,10m e monitor profissional de retorno.

2.2. Todos os ambientes deverão ser equipados com sistemas de roteamento de vídeo digital, padrão HDMI e/ou SDI conforme o equipamento.

2.3. Todos os sinais de vídeo serão entregues em formato digital para os sistemas de roteamento, garantindo a máxima qualidade ao conteúdo reproduzido no ambiente.

3. SISTEMA DE PRODUÇÃO DE CONTEÚDO PARA GRAVAÇÃO E STREAMING DO AUDITÓRIO IPÊ AMARELO

3.1. O sistema de produção de conteúdo deverá possuir câmeras PTZ posicionadas em locais estratégicos dentro do ambiente permitindo a captação de vários ângulos.

3.2. Todas estas câmeras serão comandadas por equipamento com controle tipo joystick de dentro da central técnica ou através dos sistemas de automação.

3.3. Todas as imagens capturadas, e ainda as provenientes da matriz de vídeo serão conectadas a dispositivo profissional do tipo switcher de vídeo central (mesa de corte) para geração de sinal PGM (Program), que terá capacidade de receber qualquer fonte de vídeo do sistema de vídeo e broadcasting;

3.4. Todos os eventos poderão ser gravados e/ou transmitidos ao vivo para internet na página oficial da contratante e/ou nas redes sociais como Youtube e Facebook live.

3.5. As câmeras PTZ também serão interligadas a um microcomputador dedicado a realização de webconferências atrás das plataformas MS Teams, Zoom, Google Meet dentre outros.

4. SISTEMA DE AUTOMAÇÃO DO AUDITÓRIO IPÊ AMARELO

4.1. Todos os equipamentos serão comandados a partir de interfaces de controle customizadas nas centrais técnicas, facilitando a operação e otimizando o fluxo de trabalho.

5. SISTEMA DE ÁUDIO E SONORIZAÇÃO DO SALÃO DOS MINISTROS E DAS SALAS DE REUNIÃO DA SECRETARIA EXECUTIVA E DO CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

5.1. O sistema de sonorização e áudio deverá ser configurado para emitir avisos, chamadas, música ambiente e sonorização dos eventos.

5.2. A sonorização com processamento digital deverá permitir ajustes automáticos de ganho, abertura e fechamento de microfones dinamicamente, controle de todo o áudio via sistema de automação.

5.3. Microfones de mesa tipo gooseneck serão instalados de forma a captar o áudio de todos os participantes da reunião para realização de conferências, e webconferências.

5.4. Todas as caixas acústicas e amplificadores de áudio receberão os sinais de áudio do processador digital de áudio.

5.5. Toda a operação do sistema de áudio poderá ser feita a partir de um painel de automação touchscreen que também permitirá ajustes e configurações no sistema pelas pessoas responsáveis.

6. SISTEMA DE VISUALIZAÇÃO DE IMAGENS E VÍDEO DO SALÃO DOS MINISTROS E DAS SALAS DE REUNIÃO DA SECRETARIA EXECUTIVA E DO CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

6.1. Todos os ambientes deverão ser equipados com sistemas de roteamento de vídeo digital, padrão HDMI e/ou SDI conforme o equipamento.

6.2. Todos os sinais de vídeo serão entregues em formato digital para os sistemas de roteamento, garantindo a máxima qualidade ao conteúdo reproduzido no ambiente.

7. SISTEMA DE PRODUÇÃO DE CONTEÚDO PARA GRAVAÇÃO E STREAMING DO SALÃO DOS MINISTROS E DAS SALAS DE REUNIÃO DA SECRETARIA EXECUTIVA E DO CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

7.1. O sistema de produção de conteúdo deverá possuir câmeras PTZ posicionadas em locais estratégicos dentro do ambiente permitindo a captação de vários ângulos.

7.2. Todas as imagens capturadas, e ainda as provenientes da matriz de vídeo serão conectadas a dispositivo profissional do tipo switcher de vídeo central (mesa de corte) para geração de sinal PGM (Program), que terá capacidade de receber qualquer fonte de vídeo do sistema de vídeo e broadcasting;

7.3. As câmeras PTZ também serão interligadas a um microcomputador dedicado a realização de webconferências atrás das plataformas MS Teams, Zoom, Google Meet dentre outros.

8. SISTEMA DE AUTOMAÇÃO DO SALÃO DOS MINISTROS E DAS SALAS DE REUNIÃO DA SECRETARIA EXECUTIVA E DO CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

8.1. Todos os equipamentos serão comandados a partir de interfaces de controle customizadas nas centrais técnicas e através de painéis touchscreen facilitando a operação e otimizando o fluxo de trabalho.

**Anexo II - Projeto Executivo e Servicos de
Instalacao_v4.1.pdf**

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA SECRETARIA
EXECUTIVA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E
ADMINISTRAÇÃO COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS E INFRAESTRUTURA DE TI
DIVISÃO DE INFRAESTRUTURA

ANEXO II

**PROJETO EXECUTIVO, SERVIÇOS INICIAIS, FINAIS E MATERIAIS A
SEREM USADOS NAS INSTALAÇÕES**

1. PROJETO EXECUTIVO

1.1. A licitante vencedora deverá apresentar Projeto Executivo que deverá descrever, no mínimo, os temas listados abaixo, além de detalhar, de acordo com as necessidades, outros itens complementares aos projetos.

1.2. Instalações físicas: Considerando equipamentos de áudio, vídeo, automação do sistema, cabeamento de rede e elétricos, e outros que forem necessários a atender o escopo de implantação.

1.3. O projeto deverá conter no mínimo informações relativas à(ao):

1.3.1. Cabeamento de todas as interfaces, incluindo interfaces seriais ou outras específicas de console;

1.3.2. Dimensionamento, projeto e instalação de quadros elétricos, eletrodutos e fiação elétrica dentro das normas da ABNT, considerando a identificação de todos os cabos e fiação;

1.3.3. Medições e informações preliminares e todos os projetos que fizerem referência aos materiais e modificações previstos para o tratamento do ambiente visando o atendimento da certificação ABNT e o referente processo de certificação;

1.3.4. Configuração das referidas portas de todos os elementos ativos de rede e de dados;

1.3.5. Procedimentos de instalação, configuração, alinhamento e teste do equipamento;

1.3.6. Tabelas de conexões, indicando o “de para” de cada cabo e interface;

1.3.7. Tabela de configuração de estrapes das placas, se houver;

1.3.8. Comandos para configuração, ativação, operação e supervisão dos equipamentos pelo console de gerenciamento, tanto nos equipamentos quanto nos sistemas de gerenciamento ou acesso;

1.3.9. Sincronização, alimentação e aterramento dos equipamentos;

1.3.10. Localização dos equipamentos no layout do ambiente.

1.3.11. Detalhamento da integração dos equipamentos existentes e, que não serão substituídos, com os novos equipamentos adquiridos.

1.4. Ao final da instalação o licitante vencedor deverá fornecer 02 (duas) vias do Projeto Executivo dos equipamentos já instalados. Esse projeto deverá conter as mesmas informações que o Projeto Técnico Provisório de Instalação, porém com o conteúdo atualizado.

1.5. Os projetos deverão ser entregues em mídia digital, utilizando o formato PDF para os arquivos predominantemente de textos e AUTOCAD para os desenhos, além de documentação técnica completa original dos fabricantes que compõe a solução ofertada.

2. SERVIÇOS INICIAIS

2.1. Os serviços iniciais tratam das medições, análise e estudos de implementações e/ou adaptações exigidas no preparo dos ambientes para a realização dos trabalhos de instalação e configuração indicados em projeto.

3. MATERIAIS A SEREM USADOS NAS INSTALAÇÕES DOS SERVIÇOS INICIAIS

3.1. Os materiais a serem usados nas instalações dos serviços iniciais, caso sejam utilizados, devem atender no mínimo as seguintes características:

3.1.1. Todos os materiais de reforma / adaptação dos ambientes e que forem necessários para garantir a qualidade e atendimento aos quesitos técnicos são

de inteira responsabilidade da Contratada e devem ter seus custos previstos nos serviços de instalação da solução.

3.1.2. Os eletrodutos não aparentes serão embutidos em lajes, forros de gesso, paredes e piso

3.1.3. Não será permitido o uso de graxa, parafina, ou outro material combustível como lubrificante para enfição, apenas será permitido o uso de talco industrial.

3.1.4. As caixas e eletrodutos deverão ser perfeitamente limpos, secos e desobstruídos.

3.1.5. Não poderá haver emendas dos condutores dentro dos eletrodutos.

3.1.6. A ligação do quadro de luz geral, para a subestação existente, será feita pela rede de dutos existentes e respectivas caixas de passagem (também existentes) e é de responsabilidade do contratante.

3.1.7. Todas as especificações de instalação para equipamentos e acessórios deverão seguir integralmente as orientações dos fabricantes.

3.2. Deverão ser previstos serviços e materiais necessários para a instalação completa do sistema proposto, conforme descrito abaixo, se necessário:

3.2.1. Medições, análises e aplicação de materiais e soluções para atender à todas as normativas técnicas.

3.2.2. Instalação de aterramento para os sistemas;

3.2.3. Lançamento e amarração de cabos de energia para alimentação DC (até 100 metros);

3.2.4. Lançamento e amarração de cabos de pares;

3.2.5. Lançamento e amarração de cabos coaxiais / multicoaxiais;

3.2.6. Lançamento e amarração de cordões ópticos;

3.2.7. Lançamento e amarração de cabos ópticos;

3.2.8. Lançamento e amarração de cabos de energia para alimentação AC (até 30 metros);

3.2.9. Lançamento e amarração de cabos de pares (se for o caso), lançamento e amarração de cabos coaxiais (se for o caso), lançamento e amarração de cordões ópticos (se for o caso), lançamento e amarração de cabos ópticos (se for o caso);

3.2.10. Conectorização de cabos utilizando conectores BNC, IEC, HDMI, RJ, micro coaxial.

3.2.11. Alinhamento, teste e configuração de portas 2M;

3.2.12. Alinhamento, teste e configuração de portas Ethernet / Fast-Ethernet / Gigabit-Ethernet;

3.2.13. Instalação de Servidores (se for o caso);

3.2.14. Instalação e customização de sistema operacional;

3.2.15. Instalação e customização de sistema de gerência;

3.2.16. Instalação de terminais de operação de sistema de gerência;

3.2.17. Instalação e customização de sistema operacional para terminais de operação de sistema de gerência;

3.2.18. Instalação e customização de sistema de gerência para terminais de operação.

3.3. Deverão ser previstos os demais serviços e materiais julgados necessários (ainda que não listados) para a completa instalação e ativação dos sistemas.

3.4. Será de responsabilidade da Contratada, se necessário, as despesas oriundas de materiais como fibras, cabos, conectores, adaptadores, cordões ópticos, patches cords etc., para a interconexão das diversas interfaces do sistema proposto.

4. SERVIÇOS FINAIS

4.1. A CONTRATANTE poderá solicitar a montagem dos equipamentos substituídos (obsoletos) em outro ambiente do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

4.2. Os equipamentos / materiais substituídos, que não apresentarem condições de reutilização deverão ser retirados das dependências do MMA pela

CONTRATADA, após a aprovação pela FISCALIZAÇÃO do Contrato. A CONTRATADA deverá dar destino adequado a esses equipamentos / materiais, conforme legislação vigente. Esse procedimento deverá ser feito pela CONTRATADA, que assumirá todos os custos de remoção, transporte, destinação e descarte dos referidos materiais.

**Anexo III - Especificacoes Tecnicas dos
Equipamentos e Servicos_v4.3.pdf**

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
SECRETARIA EXECUTIVA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO
ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS E INFRAESTRUTURA DE TI
DIVISÃO DE INFRAESTRUTURA

ANEXO III

**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS QUE
COMPÕEM A SOLUÇÃO**

1. AMPLIFICADOR DE AUDIO MULTICANAL

- 1.1. Deve possuir 04 canais de amplificação independentes
- 1.2. Potência de saída contínua (RMS) em 4 ohms: 400W por canal;
- 1.3. Potência de saída contínua (RMS) em 8 ohms: 400W por canal;
- 1.4. Potência de saída contínua (RMS) em 70V: 400W por canal;
- 1.5. Capacidade de trabalhar a 2 ohms;
- 1.6. Capacidade de fazer ponte (bridge) entre qualquer quantidade de canais de amplificação;
- 1.7. Proteções contra curto-circuito nos canais de saída;
- 1.8 Resposta em frequência: 20Hz a 20KHz;
- 1.9. Display no painel frontal com informações de status.

2. CÂMERA E-PTZ USB

- 2.1. Deve possuir um sensor de imagem tipo CMOS com pelo menos 4 Mega Pixels;
- 2.2. Deve possuir tecnologia auto framing com algoritmo para melhora da imagem;
- 2.3. Possuir zoom digital de 10x;
- 2.4. Resoluções mínimas suportadas: 1080p @30, 720p @30;
- 2.5. Campo de visão horizontal: 100°;

- 2.6. Saída de vídeo USB;
- 2.7. Deve vir acompanhado com controle remoto.

3. CÂMERA PTZ SDI/HDMI

- 3.1. Deve possuir um sensor de imagem tipo CMOS com pelo menos 2 Mega Pixels;
- 3.2. Possuir zoom óptico de 15x;
- 3.4. Resoluções mínimas suportadas: 1080p @30, 720p @30;
- 3.5. Suportar presets;
- 3.6. Campo de visão: 60,7°;
- 3.7. Rotação PAN: -170 to +170°;
- 3.8. Rotação tilt: -30 to +90°;
- 3.9. Saída de vídeo 3G-SDI, HDMI e IP;
- 3.10. Interface LAN: RJ45 x 1.

4. CONTROLADOR PARA CÂMERA PTZ

- 4.1. Deve possuir Joystick com eixos para controle;
- 4.2. Deve utilizar comandos via IP ou serial para controle das câmeras PTZ;
- 4.3. Deve permitir o gerenciamento de pelo menos 5 câmeras PTZ;
- 4.4. Permite o ajuste de PAN, TILT, ZOOM e Foco;
- 4.5. Deve suportar alimentação via PoE, caso não suporte PoE, deverá ser fornecida fonte de alimentação elétrica.

5. INTERFACE DE CAPTURA HDMI – USB

- 5.1. Deve permitir a captura de imagens e áudio por meio de uma interface HDMI e convertê-la para dados em interface USB 3.0;
- 5.2. Suportar resoluções até 4K (4096x2160p30), ou maiores;
- 5.3. Suportar o padrão HDMI 2.0;
- 5.4. Ser suportada em sistemas operacionais Windows 8 ou superior, MacOS X 10.9 ou superior;
- 5.6. Deve possuir porta de loop HDMI em 4K HRD;

- 5.7. Deve possibilitar captura com alta taxa de atualização até 120 FPS;
- 5.8. Deve permitir transmissão transparente para dados de identificação estendida do monitor;

6. INTERFACE DE OPERAÇÃO SEM FIO

- 6.1. Possuir tela de LED com diagonal de 10” Multi -Touch;
- 6.2. Possuir processador Dual-Core ou superior;
- 6.3. Conexão Wi-fi 802.11n;
- 6.4. Armazenamento 64GB;
- 6.5. Deve acompanhar case para fixação em parede com sistema de travamento do painel;
- 6.6. Deve ser fornecido com adaptador para carregamento do painel através de rede PoE;
- 6.7. Deve vir acompanhados de todos os acessórios e softwares necessários para instalação e controle dos equipamentos de áudio, vídeo e automação ofertados;

7. KIT 15 MICROFONE GOOSENECK SEM FIOS

- 7.1. Composto por 15 (quinze) bases de mesa sem fio para instalação sobre a mesa de reuniões;
- 7.2. Possuir haste com ponto de flexão e anel luminoso;
- 7.3. Possuir blindagem contra interferências de RF;
- 7.4. Botão seletor na base de mesa para ativação do microfone;
- 7.5. Fornecido com receptor(es) necessário(s) ao funcionamento de todas as unidades de mesa simultaneamente;
- 7.6. Funcionamento de no mínimo 05 (cinco) horas com baterias internas do fabricante (devem ser fornecidas);
- 7.7. Vir acompanhado de carregador de baterias em número suficiente que permita a carga sem a retirada da bateria do equipamento;
- 7.8. Vir acompanhado de antenas e distribuidores que permitam a instalação em parede/teto diretamente no ambiente de uso;

8. MATRIX 2X2 HDMI DESCENTRALIZADA

- 8.1. O equipamento deverá ser novo, de primeiro uso, e ser compatível com as características mínimas abaixo descritas;
- 8.2. Deve permitir o transporte de vídeo sobre rede gigabit ethernet, usando método de compressão H.265 ou JPEG2000;
- 8.3. Deve permitir a criação de painéis visuais, transformando painel de LED em uma única tela lógica;
- 8.4. A matriz deverá ser capaz de apresentar em cada saída de vídeo dez sinais simultaneamente;
- 8.5. Os sinais de entrada de vídeo serão conectados diretamente ao controlador por meio de portas de entrada HDMI ou DVI-D ou DP;
- 8.6. As portas de entrada de vídeo deverão suportar imagens de 1920x1080;
- 8.7. A matriz deve ser constituída de hardware próprio para essa aplicação, sendo assim, não serão permitidos controladores montados em estrutura de computadores / servidores comuns de propósito geral;
- 8.8. Modo de operação: 24x7 (vinte e quatro horas por dia / sete dias por semana);
- 8.9. Deve permitir o posicionamento e dimensionamento de imagens arbitrário dentro do painel de LEDs, sendo assim a altura e a largura da imagem apresentada pode ser arbitrariamente escolhida, podendo preencher completamente as áreas equivalentes à monitores escolhidos dentro da matriz, ou apenas parte dessas áreas;
- 8.10. Deve permitir múltiplas camadas de imagens sobrepostas, dispostas na tela lógica;
- 8.11. A matriz deve possuir latência máxima de até trinta e três milissegundos;
- 8.12. O controlador deve ser escalável e não deve depender de licenças posteriores para sua expansão;
- 8.13. Deve ser compatível com sistema operacional Windows e iOS;
- 8.14. Deve permitir a criação de interface de operação;
- 8.15. Deve ser capaz de receber fluxos de vídeo de outras fontes por meio de rede IP que utilizem o protocolo RTSP ou RTP ou RTMP, ou outro protocolo para esta finalidade, de modo transparente para os usuários;

- 8.16. Deverá ser acompanhado de todos os demais itens, softwares, licenças e acessórios necessários à sua instalação, funcionamento e operacionalização, de modo integrado e interoperável na solução de painel de LED;
- 8.17. O licenciamento da plataforma/usuários deve ser no formato de chave física que poderá ser utilizada em outras máquinas não tendo vínculo próprio com o PC em uso e que não necessite de acesso externo (internet) para validação ou habilitação do licenciamento;
- 8.18. Deve permitir a criação de layouts e realizar a troca dos mesmos;
- 8.19. Deve permitir a operação a partir de dispositivos móveis do tipo tablet;
- 8.20. Cada uma das entradas de vídeo deverá suportar áudio embutido e ainda deverá possuir uma entrada de áudio analógico;
- 8.21. Cada uma das saídas de vídeo deverá suportar áudio embutido e ainda deverá possuir uma saída de áudio analógico;
- 8.22. O controlador deve possuir o mínimo de 2 (duas) saídas vídeo, para alimentar os destinos do ambiente, e ainda possuir mínimo de 2 (duas) entradas, para conexão das fontes de imagem;

9. MATRIX 4X4 HDMI DESCENTRALIZADA

- 9.1. O equipamento deverá ser novo, de primeiro uso, e ser compatível com as características mínimas abaixo descritas:
- 9.2. Deve permitir o transporte de vídeo sobre rede gigabit ethernet, usando método de compressão H.265 ou JPEG2000;
- 9.3. Deve permitir a criação de painéis visuais, transformando painel de LED em uma única tela lógica;
- 9.4. A matriz deverá ser capaz de apresentar em cada saída de vídeo dez sinais simultaneamente;
- 9.5. Os sinais de entrada de vídeo serão conectados diretamente ao controlador por meio de portas de entrada HDMI ou DVI-D ou DP;
- 9.6. As portas de entrada de vídeo deverão suportar imagens de 1920x1080;
- 9.7. A matriz deve ser constituída de hardware próprio para essa aplicação, sendo assim, não serão permitidos controladores montados em estrutura de computadores / servidores comuns de propósito geral;
- 9.8. Modo de operação: 24x7 (vinte e quatro horas por dia / sete dias por semana);

- 9.9. Deve permitir o posicionamento e dimensionamento de imagens arbitrário dentro do painel de LEDs, sendo assim a altura e a largura da imagem apresentada pode ser arbitrariamente escolhida, podendo preencher completamente as áreas equivalentes à monitores escolhidos dentro da matriz, ou apenas parte dessas áreas;
- 9.10. Deve permitir múltiplas camadas de imagens sobrepostas, dispostas na tela lógica;
- 9.11. A matriz deve possuir latência máxima de até trinta e três milissegundos;
- 9.12. O controlador deve ser escalável e não deve depender de licenças posteriores para sua expansão;
- 9.13. Deve ser compatível com sistema operacional Windows e iOS;
- 9.14. Deve permitir a criação de interface de operação;
- 9.15. Deve ser capaz de receber fluxos de vídeo de outras fontes por meio de rede IP que utilizem o protocolo RTSP ou RTP ou RTMP, ou outro protocolo para esta finalidade, de modo transparente para os usuários;
- 9.16. Deverá ser acompanhado de todos os demais itens, softwares, licenças e acessórios necessários à sua instalação, funcionamento e operacionalização, de modo integrado e interoperável na solução de painel de LED;
- 9.17. O licenciamento da plataforma/usuários deve ser no formato de chave física que poderá ser utilizada em outras máquinas não tendo vínculo próprio com o PC em uso e que não necessite de acesso externo (internet) para validação ou habilitação do licenciamento;
- 9.18. Deve permitir a criação de layouts e realizar a troca dos mesmos;
- 9.19. Deve permitir a operação a partir de dispositivos móveis do tipo tablet;
- 9.20. Cada uma das entradas de vídeo deverá suportar áudio embutido e ainda deverá possuir uma entrada de áudio analógico;
- 9.21. Cada uma das saídas de vídeo deverá suportar áudio embutido e ainda deverá possuir uma saída de áudio analógico;
- 9.22. O controlador deve possuir o mínimo de 4 (quatro) saídas vídeo, para alimentar os destinos do ambiente, e ainda possuir mínimo de 4 (quatro) entradas, para conexão das fontes de imagem;

10. MICROFONE GOOSENECK COM FIO

- 10.1. Tipo Gooseneck;
- 10.2. Transdutor: Condensador;
- 10.3. SPL de pelo menos: 100 dB;
- 10.4. Haste com pelo menos 300mm;
- 10.5. Conexão XLR 3 pinos, podendo ser integrada;
- 10.6. Botão seletor na base de mesa para ativação do microfone;
- 10.7. Deve possuir led indicativo de atividade;
- 10.8. Deve possuir base para utilização sobre a mesa.

11. MONITOR PROFISSIONAL PARA RETORNO DE VÍDEO

- 11.1. Monitor LCD/LED de uso profissional (não serão aceitas TVs de uso doméstico).
- 11.2. Diagonal visual: 49";
- 11.3. Resolução nativa: 3840x2160 (16:9);
- 11.4. Brilho 250 cd/m²;
- 11.5. Permitir controle via RJ45 e RS232;
- 11.6. HDMI;
- 11.7. DVI ou DP;
- 11.8. O monitor ofertado deve possuir tamanho dimensional aproximado ao especificado, podendo estes variar entre -5% e +5% em todas as direções;
- 11.9. Deve possuir player embarcado com sistema operacional desenvolvido pelo próprio fabricante do monitor;
- 11.10. Alimentação: 100~240VAC.

12. MONITOR PROFISSIONAL DE 98 POLEGADAS

- 12.1. Monitor LCD/LED de uso profissional (não serão aceitas TVs de uso doméstico);
- 12.2. Diagonal visual: 98";
- 12.3. Resolução nativa: 3840x2160 (16:9);
- 12.4. Brilho 250 cd/m²;
- 12.5. Permitir controle via RJ45 e RS232;

12.6. HDMI ou DP;

12.7. O monitor ofertado deve possuir tamanho dimensional aproximado ao especificado, podendo estes variar entre -5% e +5% em todas as direções;

12.8. Alimentação: 100~240VAC

13. NOBREAK 10KVA / 230V

13.1. Capacidade de potência de saída: 10KW / 10KVA;

13.2. Tensão nominal de saída: 230V;

13.3. Tensão nominal de entrada: 230V (F-N-T);

13.4. Tecnologia de conversão online;

13.5. Forma de onda senoidal;

13.6. Distorção na saída menor que 5%;

13.7. Bateria selada livre de manutenção e a prova de vazamento;

13.8. Painel LCD para status e controle.

14. PAINEL DE LED 138 POLEGADAS

14.1. Painel de LED tipo integrado plug and play com alimentação e processamento embutida;

14.2. Deve possuir design para ocultar os cabos;

14.3. Deve possuir proporção de 16:9 e dimensão de 138";

14.4. Brilho mínimo ajustável de até 500 nits;

14.5. Deve possuir pixel pitch inferior a 1.6mm;

14.6. Gabinete integrado fabricado em alumínio;

14.7. Não deve possuir borda entre os módulos;

14.8. Deve possuir controle remoto para opção;

14.9. Fator de proteção IP40;

14.10. Os painéis ofertados devem possuir tamanho dimensional aproximado ao especificado, podendo estes variar entre -5% e +5% em todas as direções;

14.11. Na montagem do painel deverão estar incluídos os acabamentos laterais, superiores e traseira caso estes se façam.

15. PAINEL DE LED 2,5MM 5,12M X 2.15M

- 15.1. Painel tipo LED direto tipo SMD;
- 15.2. Pixel pitch máximo: 2.5mm;
- 15.3. Gabinete integrado fabricado em alumínio com espessura máxima de 80mm;
- 15.4. Brilho mínimo de 700 nits;
- 15.5. Ângulo de Visualização H/V: 150x150 graus;
- 15.6. Operação Indoor;
- 15.7. Não deve possuir borda entre os módulos;
- 15.8. Deve possuir vida útil de pelo menos 50.000 horas;
- 15.9. Deve permitir manutenção frontal;
- 15.10. Fator de proteção IP40;
- 15.11. Fonte de alimentação bivolt com sistema de resfriamento passivo (sem ventoinhas) integrada ao gabinete formando uma peça única;
- 15.12. Deve possuir Certificações FCC, CE e ROHS;
- 15.13. Deve ser fornecido com todos os acessórios de interconexão de vídeo, energia e controle dos módulos;
- 15.14. Deve possuir entrada tipo GENLOCK para sincronismo de vídeo;
- 15.15. Deve possuir uma interface de rede ethernet dedicada para comunicação e controle;
- 15.16. Deve ser capaz de processar sinais de vídeo com pelo menos 4K x 1K@ 60Hz;
- 15.17. Deve possuir 02 entradas de vídeo HDMI 1.4;
- 15.18. Deve permitir o ajuste de brilho e cor do painel LED;
- 15.19. Estrutura para instalação mecânica (suporte base) adequada de painel de LED, bem como todo o acabamento estético para o painel de vídeo;
- 15.20. A estrutura deve ser customizada e compatível com a dimensão e peso final do sistema ofertado, sendo obedecidas todas as normas e recomendações do fabricante para a instalação;
- 15.21. Deve compor a solução todo e qualquer material necessário a fixação e deverão estar incluídos os acabamentos laterais, superiores e inferiores, bem como os da parte traseira caso estes últimos se façam;
- 15.22. Devem compor a estrutura de suporte quaisquer acessórios requeridos

para a plena instalação tais como: calhas de organização de cabos, réguas/filtros de linha necessários, porcas, parafusos, adaptadores etc.;

15.23. Os painéis ofertados devem possuir tamanho dimensional aproximado ao especificado, podendo estes variar entre -5% e +10% em todas as direções;

15.24. Na montagem do painel deverão estar incluídos os acabamentos laterais, superiores e traseira casos estes últimos se façam;

15.25. O acabamento do painel deverá ser em material de alumínio composto, com estrutura de fixação independente (não podendo ser apoiado no painel de led).

16. PROCESSADOR DE AUDIO E AUTOMAÇÃO – TIPO 1

16.1. Deve ser composto de pelo menos 24 interfaces de áudio analógicos (I/O) processados através de DSP (Digital Signal Processor);

16.2. Capacidade de controle de dispositivos externos através de interface Serial e TCP/IP;

16.3. Deve possuir no mínimo 16 entradas de áudio balanceadas com cancelamento de eco acústico (AEC);

16.4. Deve possuir no mínimo 06 saídas de áudio balanceadas;

16.5. Deve permitir a criação de interfaces gráficas de operação e configuração do sistema;

16.6. Deve possuir interface USB integrada capaz de enviar e receber áudio digital para microcomputadores tipo PC para realização de conferências (BYOD) e gravações;

16.7. Deve possuir alimentação para microfones (Phanton Power) em todas as portas de entrada;

16.8. O processador deverá ter capacidade suficiente para processar todas as fontes de áudio necessárias para perfeito funcionamento dos ambientes bem como microfones, sonofletores e amplificadores;

16.9. Possuir funções configuráveis e selecionáveis por software, tais como: mixers, combinadores, matrizes, equalizadores, filtros, crossovers, roteadores, delays, controles, medidores, geradores etc.;

16.10. Possuir configuração e controle por meio de software compatível com o sistema operacional Windows 8 ou superior;

16.11. Fonte de alimentação 10/240 VAC.

17. PROCESSADOR DE AUDIO E AUTOMAÇÃO – TIPO 2

17.1. Possuir 8 saídas balanceadas;

17.2. Possuir 8 entradas balanceadas para microfone e linha, com phantom power e cancelamento de eco acústico;

17.3. Permitir a comunicação de áudio multicanal com computadores utilizando conexão USB integrada, para utilização em chamadas de web conferências;

17.4. Capacidade de controle de dispositivos externos através de interface serial e TCP/IP;

17.5. Deve permitir a criação de interfaces gráficas de operação e configuração do sistema;

17.6. O processador deverá ter capacidade suficiente para processar todas as fontes de áudio necessárias para perfeito funcionamento dos ambientes bem como microfones, sonofletores e amplificadores;

17.7. Possuir configuração e controle por meio de software compatível com o sistema operacional Windows 8 ou superior;

17.8. Fonte de alimentação 110/240 VAC;

18. SWITCHER DE PRODUÇÃO AO VIVO - TIPO 1

18.1. Mesa de corte de vídeo profissional com alavanca tipo T-Bar;

18.2. 08 entradas de vídeo digital;

18.3. Entradas: 06x SDI e 02x HDMI;

18.4. Saídas de Programa: 2x SDI e 1x HDMI;

18.5. Saídas multivisualização: 01 x HDMI;

18.6. Deve suportar nativamente a resolução HD 1080p;

18.7. Possibilidade de inserção de logomarcas pré-definidas;

18.8. Permitir a utilização de sinais de entrada em formatos distintos em cada porta;

18.9. Possuir 02 canais de entrada de áudio analógico e 02 canais de saída de áudio analógico;

18.10. Deve possuir visor LCD touchscreen para ajustes e configuração.

- 18.11. Alavanca 3D para ajustes de posicionamento PiP;
- 18.12. Fonte de alimentação 110/240 VAC ou DC;
- 18.13. Deve ser compatível com a CÂMERA PTZ SDI/HDMI.

19. SWITCHER DE PRODUÇÃO AO VIVO - TIPO 2

- 19.1. Switcher de vídeo para produção, com saída de vídeo via porta USB com possibilidade de Apresentação Lado a Lado ou em PIP;
- 19.2. 02 (duas) entradas de vídeo HDMI;
- 19.3. Saídas de vídeo: USB;
- 19.4. Entrada de áudio;
- 19.5. Porta de Rede com conexão RJ45;
- 19.6. Deve suportar nativamente a resolução HD 1080p;
- 19.7. Deve possuir controle no próprio equipamento e permitir controle por automação;
- 19.8. Deve ser compatível com Windows e MacOS;
- 19.9. Deve ser compatível com câmera PTZ SDI/HDMI;
- 19.10. Deve permitir alimentação por fonte interna ou externa ou POE.

20. SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA

- 20.1. Todos os tipos de cabos, conectores e acessórios de instalação dos equipamentos previstos neste projeto, devem ser fornecidos para a perfeita integração e funcionamento do sistema;
- 20.2. As caixas de conexão de piso, parede e mesa, quando necessárias, deverão ser instaladas de acordo com as recomendações da CONTRATANTE. O projeto das mesmas deve ser submetido para aprovação antes do início da instalação;
- 20.3. Os materiais empregados devem ser de boa qualidade, obedecendo quando pertinente às respectivas Normas ABNT. Todo o cabeamento deverá permanecer oculto sempre que possível, correndo por dentro da infraestrutura para passagem disponível no piso e teto, além de canaletas e tubulações apropriadas no mobiliário, quando disponíveis;

20.4. Não serão permitidas emendas nos cabos, sendo que os mesmos devem ser conduzidos em um único lance entre a fonte e o destino do sinal;

20.5. Caberá à contratada entregar os sistemas e equipamentos alvo deste edital, totalmente instalados, programados, conectados e interligados, configurados e 100% operacionais em todas as funcionalidades previstas no projeto.

21. OPERAÇÃO ASSISTIDA MENSAL (1 OPERADOR)

21.1. A LICITANTE deverá disponibilizar 1 (um) técnico local, presencialmente, trabalhando em horário comercial (8:00 as 18:00) para realizar a operação assistida dos sistemas, atuando ativamente durante toda a duração de reunião ou videoconferência.

21.2. Refere-se a modelo de trabalho no qual um operador humano realiza tarefas nos sistemas informatizados e tecnologias da solução de vídeo conferência;

21.3. O operador deverá estar presente fisicamente para executar atividades rotineiras, envolvendo a interação direta entre o operador e as salas de vídeo conferência;

21.4. O operador deverá ser responsável por fornecer orientações, suporte técnico e assistência diariamente, incluindo atividades como:

21.4.1. Suporte técnico: oferecer suporte e assistência técnica durante a fase de implantação e operação, auxiliando na resolução de problemas, configuração e ajustes necessários;

21.4.2. Acompanhamento: estar presente no local para acompanhar a operação do projeto ou sistema, identificar possíveis dificuldades e fornecer orientações para otimizar sua performance;

21.4.3. Transferência de conhecimento: compartilhar conhecimentos e informações relevantes com a equipe do órgão público.

21.4.4. Relatórios e avaliações: fornecer relatórios periódicos ou avaliações sobre o desempenho e funcionamento do projeto ou sistema durante a fase de operação assistida, visando a identificação de melhorias e ajustes necessários.

22. SUPORTE TÉCNICO E GARANTIA DAS SALAS

22.1. Deverá ser fornecido suporte técnico e garantia mensalmente de acordo com a Ordem de Serviço, após emissão do Termo de Aceite Definitivo da solução, pelo CONTRATANTE;

22.2. Deverá ser realizado de forma preferencialmente presencial, no local de instalação dos equipamentos;

22.3. Os serviços deverão ser executados por técnicos habilitados e capacitados para tal, com ferramentas adequadas e, quando couber, devidamente licenciadas;

22.4. O serviço de suporte técnico objetiva o reparo e/ou substituição de qualquer tipo de incidente encontrado com a solução implantada e o seu devido retorno à condição normal de operação e uso, incluindo equipamentos já existentes nas salas de videoconferência e que são utilizados para o funcionamento da solução.

22.5. O serviço de atualização de versões tem por objetivo corrigir defeitos no software, além de implementar melhorias e novos recursos;

22.6. A CONTRATANTE poderá requisitar, sem custo adicional, atualizações nos softwares que sejam comprovadamente preventivas ou corretivas.

22.7. Requisições de manutenções evolutivas, que provejam maior eficiência ou que disponibilizem novos recursos, apenas poderão ser realizadas se a CONTRATADA já possuir uma versão pronta que atenda aos requisitos desejados;

22.8. As atualizações deverão ocorrer sem custo adicional, incluindo todo o processo de atualização, seja automático, remoto ou presencial;

22.9. O prazo para atualizações preventivas e evolutivas será atendida pelo suporte técnico conforme a severidade da falha;

22.10. Para atualizações evolutivas, a CONTRATADA terá 30 (trinta) dias úteis para disponibilizar a atualização à CONTRATANTE, sendo o prazo iniciado a partir do recebimento da comunicação oficial enviada pela CONTRATANTE;

22.10. Os softwares clientes instalados nas unidades deverão prover atualização automática, de modo a permitirem que novas versões sejam instaladas sem a necessidade de intervenção humana;

22.11. Caso a atualização, por questões técnicas extraordinárias, esteja impossibilitada de ocorrer de forma automática, caberá a empresa providenciar técnico capacitado para atualização remota em todas as salas contratadas;

22.12. Se houver necessidade de atualização presencial, caberá à CONTRATADA o custeio de deslocamento, transporte, diárias, alimentação, hospedagem ou quaisquer outros custos envolvidos, não cabendo à CONTRATANTE qualquer ônus adicional;

22.13. A contratada deverá disponibilizar para o MMA durante toda a vigência do contrato:

22.13.1. Acesso à documentação atualizada no site do fabricante;

22.13.2. Versões atualizadas de “firmware” e para os equipamentos;

22.13.3. Versões atualizadas dos softwares que compõem a solução;

22.13.4. Canal para abertura e acompanhamento de chamados técnicos 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana;

22.14. Os serviços de suporte técnico para a solução deverão contemplar a substituição de equipamentos e/ou módulos e/ou componentes e/ou periféricos que apresentem defeito durante a vigência do contrato, para as quatro salas de videoconferência do projeto.

22.15. Após a conclusão da manutenção de qualquer parte da solução, a CONTRATADA deverá gerar documento relatando as operações e eventuais alterações realizadas, contendo a identificação do chamado técnico, a data e hora do início e término do atendimento;

22.16. A Contratada deverá enviar mensalmente, em até o 5 (cinco) dias úteis do mês subsequente, o registro de todos os chamados atendidos durante o mês anterior, estipulando:

22.16.1. Data/hora de abertura;

22.16.2. Data/hora de fechamento;

22.16.3. Técnico responsável pelo atendimento;

22.16.4. Responsável no MMA pelo aceite dos serviços e;

22.16.5. Descritivo dos serviços executados.

22.17. No caso de necessidade de ações preventivas ou corretivas, a CONTRATANTE agendará com antecedência as implementações das correções junto à CONTRATADA, fora do horário comercial, preferencialmente em feriados e finais de semana, sem ônus para a CONTRATANTE;

Anexo IV - Termo de Vistoria_v4.1.pdf

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
SECRETARIA EXECUTIVA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO
ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS E INFRAESTRUTURA DE TI
DIVISÃO DE INFRAESTRUTURA

ANEXO IV

TERMO DE VISTORIA

DECLARO, para fins de participação no Pregão Eletrônico SRP nº _____
/ _____ do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do
Clima - MMA, que eu, _____,
representante legal/responsável da empresa _____,
CNPJ nº _____, tomei conhecimento das informações
necessárias à execução de seu objeto, e que vistoriei a seguinte localidade
para prestação dos serviços propostos:

() Bloco B - Esplanada dos Ministérios - Brasília/DF

_____ (Cidade) / _____ (UF), _____ de _____ de _____

Carimbo e assinatura do responsável / representante a empresa
(Nome, cargo e CPF)

Anexo V - Declaracao de Recusa de Vistoria_v4.1.pdf

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
SECRETARIA EXECUTIVA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO
ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS E INFRAESTRUTURA DE TI
DIVISÃO DE INFRAESTRUTURA

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE RECUSA DE VISTORIA

DECLARO, para fins de participação no Pregão Eletrônico SRP nº _____
/ _____ do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do
Clima, que eu, _____,
representante legal/responsável da empresa _____
CNPJ nº _____,
OPTEI POR NÃO REALIZAR a vistoria na(s) seguinte(s) localidade(s), e que
tenho pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos
serviços, tendo ciência que a empresa não poderá alegar, em qualquer fase
da licitação ou vigência da relação contratual, o desconhecimento de qualquer
fato ou condições para não realizar os serviços em conformidade com a
qualidade e requisitos exigidos:

() Bloco B - Esplanada dos Ministérios - Brasília/DF.

_____ (Cidade) / _____ (UF), _____ de _____ de _____

Carimbo e assinatura do responsável / representante a empresa
(Nome, cargo e CPF)

**Anexo VI - Termo de Compromisso e Manutencao de
Sigilo_v4.1.pdf**

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
SECRETARIA EXECUTIVA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO
ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO COORDENAÇÃO
DE SERVIÇOS E INFRAESTRUTURA DE TI
DIVISÃO DE INFRAESTRUTURA

ANEXO VI

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

O Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo registra o comprometimento formal da Contratada em cumprir as condições estabelecidas no documento relativas ao acesso e utilização de informações sigilosas da Contratante em decorrência de relação contratual, vigente ou não.

Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “a” da IN SGD/ME Nº 94/2022.

Pelo presente instrumento o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – MMA, sediado em Esplanada dos Ministérios, Bloco B, CNPJ n.º 08.457.283/0002-08 doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a <nome da empresa>, sediada em <endereço da empresa>, CNPJ n.º <CNPJ da empresa>, doravante denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º <número do contrato> doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pela CONTRATANTE e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos 7.724, de 16 de maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

Cláusula Terceira – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Será considerada como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada,

tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes;

Cláusula Quarta – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- I – Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;
- II – Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- III – Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

Cláusula Quinta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do

CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja

exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

Cláusula Sexta – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

Cláusula Sétima – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme previsto nos arts. 155 a 163 da Lei nº. 14.133, de 2021.

Cláusula Oitava – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidos.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL;

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, TERMOS e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste

instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer umas das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Nona – DO FORO

A CONTRATANTE elege o foro de Brasília onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ASSINATURAS

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

CONTRATADA

Nome | Qualificação

CONTRATANTE

Nome | Matrícula

TESTEMUNHAS

Nome | Qualificação

TESTEMUNHAS

Nome | Qualificação

< Local >, < dia > de < mês > de < ano >

Anexo VII - Termo de Ciencia_v4.1.pdf

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
SECRETARIA EXECUTIVA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO
ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS E INFRAESTRUTURA DE TI
DIVISÃO DE INFRAESTRUTURA

ANEXO VII

TERMO DE CIÊNCIA

O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal dos empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no órgão/entidade.

No caso de substituição ou inclusão de empregados da contratada, o preposto deverá entregar ao Fiscal Administrativo do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados.

Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “b” da IN SGD/ME Nº 94/2022.

1. IDENTIFICAÇÃO			
CONTRATO Nº			
OBJETO			
CONTRATADA		CNPJ	
PREPOSTO			
GESTOR DO CONTRATO		MATRÍCULA	

2. CIÊNCIA

Por este instrumento, os funcionários abaixo identificados declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes da Contratante.

FUNCIONÁRIOS DA CONTRATADA		
NOME	MATRÍCULA	ASSINATURA
< Nome do(a) funcionário(a) >	<XXXXXXXXXXXXXXXX>	
< Nome do(a) funcionário(a) >	<XXXXXXXXXXXXXXXX>	
...